



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão, na forma Eletrônica nº 18/2021		Data de Abertura: 13/09/2021 às 09:30h no sítio www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto			
Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção civil em mobiliários necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais localizadas no Distrito Federal, com o fornecimento de mão de obra exclusiva, ferramentas, materiais, máquinas e equipamentos.			
Valor Total Estimado			
R\$ 9.183.539,89 (nove milhões, cento e oitenta e três mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos)			
Local da Prestação do Serviço			
Brasília/DF			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento das propostas:
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Exige Amostra?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Modo de Disputa			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,01 % (um centésimo por cento), nos termos do item 7 do edital.			
DESTAQUES			
<p>ATENÇÃO. A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2020, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-sa/sg-pr-n-1-de-23-de-novembro-de-2020-289761145</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110001”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021

Processo Administrativo nº 00059.000335/2020-12

Torna-se público, que a União, por meio da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, sediada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala "A", Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 281, de 10 de novembro de 2020, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **13/09/2021**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 110001

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção civil em mobiliários necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais localizadas no Distrito Federal, com o fornecimento de mão de obra exclusiva, ferramentas, materiais, máquinas e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por quatro itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110001

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Natureza de Despesa: 3390.30.24; 3390.37.04 e 3390.39-16

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10.1.1 deste Edital;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 É vedada ainda a contratação de empresas cujos sócios ou dirigentes tenham vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P).

4.3.2 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.1.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.1.1.1 Os itens 2, 3 e 4 do Grupo 1 referem-se, respectivamente, ao valor estimado para Serviços Eventuais Sob Demanda; EPI, Equipamentos e Ferramentas - Sob Demanda e Materiais - Sob Demanda. **O licitante deverá registrar para o item 2 o valor fixo de R\$ 481.111,87 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e onze reais e oitenta e sete centavos) para o período de 12 (doze) meses, para o item 3 o valor fixo de R\$ 99.536,96 (noventa e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos) para o período de 12 (doze) meses e para o item 4 o valor fixo de R\$ 1.729.864,29 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) para o período de 12 (doze) meses, que irão compor o valor global do Grupo 1.** Os valores destes itens são FIXOS e NÃO SERÃO objeto de disputa, sendo que o registro de valor abaixo implicará na desclassificação da proposta.

5.1.1.2 Preços unitário, total, mensal e anual, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.1.3 Os custos decorrentes da execução contratual deverão ser demonstrados por meio de Planilhas de Custos e Formação de Preços detalhadas, da mão-de-obra, encargos, insumos, tributos, ferramentas/equipamentos, materiais e outras despesas relativas aos serviços a serem executados, conforme modelo no Apêndice I do Anexo II deste edital.

5.1.1.3.1 A Planilha de Custos e Formação de Preços – Apêndice VIII do Termo de Referência – Anexo I deste edital, servirá como referencial, devendo a licitante preencher uma planilha para cada categoria envolvida na contratação, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custo/insumos no curso da execução contratual, e serão utilizadas como base em eventuais repactuações de preços, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da planilha.

5.1.1.3.2 A licitante deve preencher o item Seguro Acidente do Trabalho das Planilhas de Custos e Formação de Preços, com o valor de seu SAT (RAT x FAP), a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

5.1.1.3.3 Juntamente com o edital, será disponibilizada pela Presidência da República, um modelo de planilha sem preenchimento, em formato Excel, conforme Apêndice I do Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital, nos sítios www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>.

5.1.1.3.4 Os tributos IRPJ e CSLL, não devem integrar o cálculo do Lucro e Despesas Indiretas - LDI e a Planilha de Custos e Formação de Preços, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente a licitante vencedora, não devendo ser repassado à Presidência da República, nos termos do Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário.

5.1.1.3.5 Juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser indicado a Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, Sindicatos, que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço, que foram consideradas para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

5.1.1.3.6 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

5.1.1.4 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.1.5 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.1.6 Declaração de que instalará escritório em espaço fornecido pela Presidência da República, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

5.1.1.7 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.1.8 Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.1.9 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.1.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

5.1.2.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.1.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.1.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.1.5 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor mensal e anual do item;

6.1.2 descrição do objeto.

6.1.2.1 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.2.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário,

com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à ao Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, conforme subitem 8.11, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.4.5 não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

8.4.5.1 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.4.5.1.1 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023 SINDUSCON/DF, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000276/2021

8.4.5.1.2 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 SINTEC/DF, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000277/2021

8.4.5.1.3 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023 SENGE/DF, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000352/2021

8.4.5.1.4 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021 SINDISERVICOS/DF, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000038/2021

8.4.5.2 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.5 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.5.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.5.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.5.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

8.5.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

8.5.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.5.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.6 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.6.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.7 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.11 O Pregoeiro convocará o licitante para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, e dos documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

8.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.11.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.11.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.11.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.11.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.11.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **03 (três)** horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.8.2 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1 no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo IV, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na

data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica - Operacional, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha executado, satisfatoriamente, serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em edificações não residenciais compatíveis com o objeto da presente licitação, com área construída igual ou superior a 60.000 m², sendo que façam explícita referência às seguintes parcelas relevantes:

- a) Manutenção de instalações hidrossanitárias;
- b) Manutenção de pisos e revestimentos cerâmicos, mármore ou granitos;
- c) Pintura;
- d) Esquadrias metálicas;

9.11.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.5 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.7 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.11.1.8 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.9 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.11.2.1 Para ao menos um dos cargos de Engenheiro Civil, serviços de:

- a) Manutenção de instalações hidrossanitárias;
- b) Manutenção de pisos e revestimentos cerâmicos, mármore ou granitos;
- c) Pintura;
- d) Esquadrias metálicas;

9.11.2.2 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

9.11.2.3 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.11.2.4 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.11.3 As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme previsto no item 6 do Termo de Referência.

9.11.3.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

14.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.3.2 Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no subitem 4.3 deste edital, conforme modelo - Anexo V. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo VI deste edital.

14.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.3.4 Autorização complementar ao contrato para desconto em fatura, pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, abertura de conta vinculada, retenção de garantia e utilização da garantia para pagamento direto, conforme modelo do Anexo VII deste edital.

14.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.5 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.7 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.7.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.7.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.9 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.10 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15 DO REAJUSTAMENTO

15.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA — BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 23 de novembro de 2020, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 apresentar documentação falsa;

20.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 não manter a proposta;

20.1.6 cometer fraude fiscal;

20.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, conforme a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020;

20.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na

demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, nos termos da Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020;

20.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, de acordo com a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 23 de novembro de 2020.

20.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 20.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

20.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 2093, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico cpl@presidencia.gov.br.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderá ser obtido na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 201, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

22.12.1.1 Apêndice I - Mão de Obra - Resumo do valor mensal e anual dos serviços;

22.12.1.2 Apêndice II - Estimativa de custo de EPI, equipamentos e ferramentas;

22.12.1.3 Apêndice III - Estimativa de custo de materiais sob demanda;

22.12.1.4 Apêndice IV - Declaração de Visita técnica;

22.12.1.5 Apêndice V - Declaração de Dispensa de Vistoria;

22.12.1.6 Apêndice VI - Termo de Confidencialidade;

22.12.1.7 Apêndice VII - Memória de Cálculo - Encargos Complementares;

22.12.1.8 Apêndice VIII - Planilha de Custos e Formação de Preços;

22.12.1.9 Apêndice IX - Estudo Técnico Preliminar.

22.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta

22.12.2.1 Apêndice I – Planilha de Custos e Formação de Preços

22.12.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria

22.12.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

22.12.5 ANEXO V – Declaração que não mantém familiar

22.12.6 ANEXO VI – Declaração de Optante pelo Simples Nacional

22.12.8 ANEXO VII – Modelo de Autorização Complementar ao Contrato

22.12.9 ANEXO VIII – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 26 de agosto de 2021

Andressa Tavares da Rocha
Pregoeira – Presidência da República

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 PROCESSO Nº 00059.000335/2020-12

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção civil em mobiliários necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais localizadas no Distrito Federal, com o fornecimento de mão de obra exclusiva, ferramentas, materiais, máquinas e equipamentos, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos e apêndices:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	PREÇO MENSAL ESTIMADO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Mão de obra de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção em mobiliários	1627	un.	01	R\$ 572.752,23	R\$ 6.873.026,76
	2	Serviços Eventuais Sob Demanda				R\$ 40.092,66	R\$ 481.111,87
	3	EPI, Equipamentos e Ferramentas - Sob Demanda				R\$ 8.294,75	R\$ 99.536,96
	4	Materiais - Sob Demanda				R\$ 144.155,36	R\$ 1.729.864,29
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (MÃO DE OBRA + SERVIÇOS EVENTUAIS + EPI/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS + MATERIAIS)					Valor Mensal		Valor Global
					R\$ 765.294,99		R\$ 9.183.539,89

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia;

1.3 Não serão admitidos lances na licitação para os itens 2, 3 e 4.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, por grupo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência (2684390).

2.2 A presente contratação busca garantir a funcionalidade e segurança das edificações e mobiliários para os fins a que se destinam, executando todas as manutenções e serviços inerentes às áreas de instalações hidrossanitárias, alvenaria, pintura, marcenaria, serralharia, tapeçaria, vidraçaria e chaveiro do Complexo da Presidência da República.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (2684390), abrange a prestação do serviços de manutenção predial nas instalações do Complexo da Presidência da República.

3.2 Principais imóveis abrangidos pelos serviços:

Tabela 1: bens imóveis

Edificações Administrativas	Área (m²)	Terreno (m²)
Palácio do Planalto	44.388,50	38.055,00
Garagens, guarda, segurança presidencial, engenharia e almoxarifado central	33.950,50	109.773,00
Anexos do Palácio do Planalto e heliponto	22.599,00	88.335,00
Pavilhão das Metas (Esplanada)	5.525,50	6.989,00
Residências Oficiais	Área (m²)	Terreno (m²)
Palácio da Alvorada	11.407,00	352.325,00
Granja do Torto	7.914,00	397.425,00
Palácio do Jaburu	5.060,00	227.385,00
Residências funcionais	Área (m²)	Terreno (m²)
Apartamentos funcionais	22.000,00	-
Total de áreas	152.844,50	1.220.287,00

3.2.1 As áreas foram estimadas para efeito de dimensionamento de equipes e materiais, não se resumindo às especificadas acima.

3.3 Para alocação dos custos, a Contratada considerou os seguintes Centros de Custo:

Tabela 2: Centros de Custo

Descrição do Centro de Custo
Assessoria Especial da Presidência da República
Autoridade Nacional de Proteção de Dados
Casa Civil da Presidência da República
Gabinete Pessoal da Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Presidência da República
Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Vice-Presidência da República
Localização do serviço
Palácio do Planalto
Anexos
Avenida N2
Pavilhão das Metas
Administração do Palácio da Alvorada
Administração do Palácio do Jaburu
Administração da Granja do Torto
Apartamentos funcionais
Coordenação-Geral de Patrimônio

3.3.1 Os Centros de Custo e respectivas localizações poderão ser alterados, a critério da Contratante.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

4.4 O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum de que trata a Lei nº 10.520/02, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade licitatória Pregão;

4.5 O Decreto nº 2.271/97 e a Instrução Normativa que o direciona estabelecem que as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade poderão ser objeto de execução indireta, dentre as quais aquelas relacionadas à manutenção predial.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Dos Bens Históricos e Artísticos da Presidência

5.1.1.1 Devido ao grande volume de bens classificados como históricos ou artísticos no Complexo da Presidência da República, há necessidade de se considerar a existência e impacto desses bens no decorrer da execução dos serviços objeto desse contrato;

5.1.1.2 Caberá aos restauradores de mobiliário, sob a supervisão da Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio, atualmente denominada Coordenação de Patrimônio e Bens Históricos e Artísticos da Coordenação-Geral de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Engenharia da Presidência da República - COPBHA/COPAT/DIENP/SA/SG/PR, lidar com quaisquer atividades relacionadas à manutenção ou conservação de bens enquadrados nesse subitem;

5.1.1.3 Para o pleno atendimento ao subitem anterior deverá ser designado um Fiscal Setorial pertencente à mencionada Unidade Administrativa, para acompanhamento, avaliação e fiscalização dessa demanda;

5.1.1.4 A Categoria Profissional "Restaurador de Mobiliário" ficará alocada da seguinte forma:

a) 01 (um) profissional na Oficina da Marcenaria;

b) 01 (um) profissional na Oficina da Tapeçaria.

5.1.2 Da continuidade e tempestividade dos serviços

5.1.2.1 Não poderá haver descontinuidade dos serviços de manutenção do Complexo da Presidência da República;

5.1.2.2 A Contratada deverá ter capacidade de mobilizar todo o efetivo previsto para cada oficina no primeiro dia de vigência do contrato;

5.1.2.3 Em hipótese alguma será admitido que os empregados fiquem ociosos por falta de materiais, equipamentos e/ou ferramentas;

5.1.2.4 A Contratada deverá refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Contratante, arcando ainda com o custo de todos os materiais necessários, sem prejuízo das sanções cabíveis;

5.1.2.5 A Contratada terá 1 (um) dia útil para submeter à aprovação a proposta de serviços corretivos após acionamento via Ordem de Serviço, com a respectiva estimativa de custo (material e mão de obra);

5.1.2.6 A Contratada terá até 2 (dois) dias úteis para submeter à aprovação a proposta de serviços programados com a respectiva estimativa de custo (material e mão de obra);

5.1.2.7 A Contratada deverá realizar manutenções corretivas mediante registro de "Ordens de Serviço - O.S.", no prazo máximo de até **03 (três) dias úteis** após ser autorizada pela Contratante;

5.1.2.8 Em casos excepcionais, poderá a Contratante acionar a Contratada para realização de serviços urgentes com prazo de início imediatamente após acionamento;

5.1.2.9 Em caso de serviços urgentes, o custo do serviço deverá ser apurado com base nas medições feitas durante a execução;

5.1.2.10 Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume do serviço, a Contratada deverá estabelecer e registrar, com a devida aprovação da Contratante, em cada Ordem de Serviço, as datas de início e conclusão do serviço;

5.1.2.11 São considerados serviços urgentes aqueles que a não realização imediata implicará em prejuízo ao patrimônio público e/ou a segurança das pessoas e edificações, definidos a critério da Contratante.

5.1.3 Do gerenciamento dos serviços

5.1.3.1 A Contratada deverá agir e operar com organização completa no gerenciamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo a mão de obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços nos prazos estabelecidos, utilizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental;

5.1.3.2 A Contratada deve elaborar, apresentar e gerenciar o macro planejamento dos serviços, observando o gráfico de apropriação de mão de obra das oficinas;

5.1.3.3 A Contratada deverá solicitar, acompanhar e gerenciar a aprovação das Ordens de Serviço, preferencialmente por meio eletrônico (por exemplo, aplicativos ou software específico), buscando a celeridade dos trâmites para sua aprovação, sem ônus à Contratante;

5.1.3.4 A Contratada deverá realizar manutenções preventivas (subitem 8.8), previamente autorizadas pela Contratante;

5.1.3.5 Após execução de cada manutenção preventiva, a Contratada deverá fornecer relatório individual e consolidado mensal, indicando o plano de ação decorrente da respectiva manutenção;

5.1.3.6 A Contratada deverá apresentar relatório mensal (em planilha editável) consolidando, no mínimo, as seguintes informações:

- a) mão de obra e materiais empregados, por Ordem de Serviço e Consolidado;
- b) custo de cada serviço (O.S.), por Centro de Custo, com os respectivos materiais aplicados;
- c) apropriação da mão de obra efetiva (homem-hora), por Ordem de Serviço e por Centro de Custo (Tabela 2);
- d) índice de produtividade das equipes;

- e) custo dos serviços, discriminados por imóvel (descrição e localização, conforme Tabela 1);
- f) custo de serviços, discriminado por Centro de Custo (Tabela 2);
- g) detalhamento dos materiais utilizados, indicando o quantitativo, descritivo, referência SINAPI (se houver), valor unitário e total;
- h) relação de custos mensais entre preventiva e corretiva;
- i) estudo de impacto da manutenção preventiva sobre a corretiva;

5.1.3.7 Os relatórios mensais, para medição e pagamento, deverão conter:

- a) as manutenções preventivas e corretivas executadas identificando, detalhadamente, equipamentos, instalações e edificações contempladas;
- b) as vistorias realizadas em cada edificação, com discriminação dos problemas detectados e as providências tomadas;
- c) o total de "O.S." recebidas, por Oficina no mês;
- d) a quantidade de "O.S." atendidas por Oficina no mês;
- e) a quantidade de "O.S." pendentes por Oficina no mês;
- f) a quantidade e a justificativa de "O.S." não atendida no mês;
- g) relatório consolidado de todos os materiais aplicados com seus respectivos quantitativos e valores;
- h) análise gráfica, mês a mês, da situação dos recebimentos, atendimentos e pendências das "O.S.";
- i) análise gráfica, mês a mês, dos gastos e saldo contratual;
- j) os laudos laboratoriais das análises da qualidade da água da mina e do lago interno da Residência Oficial da Granja do Torto, dos espelhos d'água dos Palácios do Planalto e Alvorada, bem como do lago interno do Palácio da Alvorada, com comentários conclusivos sobre os seus resultados e providências adotadas;
- k) planilha detalhada dos materiais a serem ressarcidos identificando o nº e data das Notas Fiscais de compra, o fornecedor, os itens a serem ressarcidos com o código SINAPI (se houver), suas quantidades e valores unitários e totais;

5.1.3.8 Da operacionalização das Ordens de Serviço

5.1.3.9 A Contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações e Normas Técnicas Brasileiras e Instruções dos fabricantes dos equipamentos utilizados;

5.1.3.10 Deverão ser acatadas todas as orientações da Contratante, sujeitando a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização e prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas;

5.1.3.11 O cronograma de execução dos serviços deverá ser previamente aprovado pela Contratante;

5.1.3.12 A Contratante poderá solicitar alteração das prioridades definidas no cronograma executivo aprovado, observadas as seguintes condições:

- a) A Contratante deverá ressarcir os materiais adquiridos caso o início do serviço seja postergado por mais de 30 dias a contar da data do planejamento inicial aprovado;

b) A Contratada deverá comprovar que já adquiriu os materiais previstos;

c) Os materiais adquiridos deverão ficar sob a guarda da Contratada até sua utilização;

5.1.3.13 Para definição dos quantitativos de materiais, a Contratada deverá observar as composições do SINAPI;

5.1.3.14 Caso o custo dos materiais não seja composto do SINAPI, a Contratada deverá justificar sua composição, sob riscos de aplicação de Sanções;

5.1.3.15 Quando se tratar de serviços de natureza especial, em virtude das características peculiares dos edifícios tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, a Contratante poderá aprovar composições com índices de produtividade, consumo de materiais e custos diferenciados;

5.1.3.16 Caso a Contratada adote especificidades de materiais e valores locais ou de projeto na elaboração de composições de custo unitário, deverá demonstrar a pertinência dos ajustes em relatório técnico elaborado por profissional habilitado;

5.1.3.17 A Contratada deverá zelar para não danificar os pisos, tomando todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeitas condições de uso;

5.1.3.18 A Contratada deverá apresentar as Ordens de Serviço executadas para baixa no sistema de controle da PR contendo no mínimo as seguintes informações (em planilha editável):

a) descrição, custo e quantitativo de mão de obra e materiais efetivamente utilizados;

b) índice de produtividade nos mesmos padrões das composições do SINAPI;

c) porcentagem de apropriação de mão de obra no mês (mão de obra apropriada em O.S./mão de obra total);

d) porcentagem de custos de materiais adquiridos no mês (custo de material adquirido/valor mensal estimado em contrato); e,

e) avaliação da qualidade dos serviços por parte do usuário solicitante.

5.1.4 Da conclusão dos serviços

5.1.4.1 Após a realização dos serviços e fornecimento dos materiais, a Contratante deverá verificar a sua conformidade, para pagamento;

5.1.4.2 Serão ressarcidos apenas os materiais efetivamente aplicados, não sendo contabilizadas sobras e/ou desperdícios;

5.1.5 Do encerramento das Ordens de Serviço;

5.1.5.1 No encerramento das Ordens de Serviço deverá constar:

a) "aceite" do Cliente;

b) "de acordo" da Fiscalização técnica / setorial;

c) Carimbo e assinatura do Engenheiro da Contratada;

d) Custos efetivos;

e) Centro de Custo responsável.

5.1.6 Da logística - materiais, equipamentos e ferramentas

- 5.1.6.1 Ao início do Contrato, a Contratada deverá receber e guardar todos os materiais de manutenção predial existentes no Almoxarifado da Coordenação-Geral de Engenharia;
- 5.1.6.2 Os materiais já existentes no Almoxarifado da PR devem ser priorizados na execução do Contrato, sem custos para a Contratante, exceto pela aplicação do BDI pactuado;
- 5.1.6.3 A Contratada deve prestar contas à Contratante da utilização do material do Almoxarifado da PR até o seu término;
- 5.1.6.4 A aquisição de novos materiais sem observação de similares já existentes no Almoxarifado da PR será passível de sanções;
- 5.1.6.5 A Contratada será responsável pela gestão de ferramentas de uso individual, coletivo e materiais de uso corriqueiro nas oficinas;
- 5.1.6.6 A Contratada deverá manter as Oficinas sempre organizadas promovendo, periodicamente, limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho;
- 5.1.6.7 A Contratada deverá manter o ambiente de trabalho limpo, livre e desobstruído, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes;
- 5.1.6.8 Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá efetuar limpeza completa do local, fazendo o devido descarte do lixo ou entulho resultantes;
- 5.1.6.9 A Contratante poderá realizar a inspeção a qualquer tempo para verificar a existência e estado de conservação das ferramentas, equipamentos e materiais utilizados;
- 5.1.6.10 A Contratada deverá gerenciar a compra e eventual estocagem dos materiais adquiridos sob demanda, após aprovação do orçamento e autorização de aquisição pela Contratante;
- 5.1.6.11 A Contratada deverá trabalhar sob o princípio de estoque mínimo na PR, porém, garantindo sempre o atendimento tempestivo às demandas;
- 5.1.6.12 A disponibilidade de material deverá respeitar o prazo estipulado pela Contratante para atendimento dos serviços;
- 5.1.6.13 A Contratada deverá apresentar mensalmente ou a qualquer momento mediante solicitação da Contratante o controle dos materiais ressarcidos pela Presidência da República que estão sob sua guarda e daqueles aplicados nos serviços atestados pela Contratante;
- 5.1.6.14 Todos os equipamentos, materiais, ferramentas e utensílios de propriedade da Contratada na área da PR deverão estar devidamente quantificados, especificados e identificados;
- 5.1.6.15 Deverá ser realizada a manutenção contínua dos equipamentos, máquinas e ferramentas e de seus acessórios;
- 5.1.6.16 Deverão ser imediatamente substituídos os equipamentos, máquinas ou ferramentas que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade;
- 5.1.6.17 Não poderão ser retirados equipamentos, máquinas ou ferramentas das dependências da Presidência da República sem a prévia autorização da Contratante.

5.1.7 Da manutenção e gestão de ativos

5.1.7.1 A Contratada deverá ser capaz de gerenciar o plano de controle e manutenção preventiva e corretiva proposto nesse Termo de Referência, disponibilizando no mínimo as seguintes informações:

- a) cadastro de instalações, peças e equipamentos gerenciáveis;
- b) quantidade de preventivas e corretivas realizadas, por equipamento;
- c) quantidade de hora-homem na preventiva/corretiva e material gasto, por equipamento;
- d) histórico de serviços (Ordem de Serviço) e custos, por equipamento;

- e) check list personalizado, por equipamento, dos itens de manutenção preventiva;
- f) previsão de próxima preventiva ou eventual acionamento de corretiva;
- g) previsão de vida útil e cronograma de substituição;
- h) controle de prazo de garantia;
- i) controle de tempo médio entre falhas;
- j) controle de tempo médio entre reparos;
- k) fator de disponibilidade.

5.1.7.2 Para a plena execução dos serviços, a Contratada poderá propor, sem ônus à Contratante, sistema específico para a gerenciamento da manutenção e gestão de ativos;

5.1.7.3 O sistema proposto deverá ser provido de recursos de segurança (senha, antivírus, firewall, etc) e ao final do contrato todas as informações contidas no sistema, as documentações produzidas e seu banco de dados deverão ser inteira e incondicionalmente disponibilizadas à contratante, por meio de dossiê;

5.1.7.4 O sistema proposto não poderá gerar limitações de acesso ou de dispositivo à Contratante, tais como licenças, instalação de módulos, limite do número de usuário, etc.

5.1.7.5 Caso a Contratante venha a adquirir seu próprio sistema de gerenciamento da manutenção e gestão de ativos, caberá à Contratada a migração dos dados previamente cadastrados no âmbito do contrato.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:30 as 17:00 horas;

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

6.2.1 Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

6.2.2 A vistoria deverá ser marcada com no mínimo 24 horas de antecedência pelo telefone (61) 3411-2715;

6.2.3 O Atestado de Vistoria será emitido pelo representante da Presidência da República. A Declaração de Visita Técnica será entregue e atestada pela licitante conforme Apêndice IV desse Termo de Referência.

6.3 Por ocasião da vistoria, à licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pendrive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes. Ao optar pela não realização da vistoria, a licitante deverá assinar o Termo de Dispensa de Vistoria constante do Apêndice V desse Termo de Referência.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A prestação dos serviços da empresa será iniciada a partir da data estabelecida no Termo de Contrato e de acordo com as solicitações da Contratante;

7.2 Antes do início da execução dos serviços a Contratada deverá efetuar o registro do ART referente a execução de manutenção predial, para cada endereço onde serão prestados os serviços, com prazo de execução previsto de 12 meses;

7.2.1 A vigência do ART deverá coincidir com a vigência do Contrato;

7.2.2 No decorrer da execução dos serviços poderá ser exigida a emissão de outros ART, às custas da Contratada;

7.3 No decorrer, e/ou ao final da execução dos serviços, a fiscalização poderá exigir relatórios fotográficos à Contratada;

7.4 Após a conclusão dos serviços, caberá à Contratada informar a Contrante, a qual competirá a verificação dos serviços executados;

7.5 Constatada a regularidade dos serviços executados e materiais fornecidos, a Contratante comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela Contratante;

7.6 O recebimento do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

7.7 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.7.1 A contratação visa à prestação de serviços de engenharia de natureza continuada, bem como serviços sob demanda, realização de manutenções preventivas, corretivas e serviços eventuais de manutenção predial, instalações hidrossanitárias, serviços de alvenaria, serralheria, chaveiro, marcenaria, vidraçaria, placas de identificação, e demais instalações físicas como pisos, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'água e guaritas e serviços de manutenção em obras civis;

7.7.2 Quanto aos materiais, EPI's, equipamentos e ferramentas de uso sob demanda, os preços globais e unitário serão faturados considerando-se como valor máximo permitido, a composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos insumos diversos descritos na tabela do SINAPI ou similar, acrescidos de, no máximo, o BDI diferenciado fixado nesse Termo de Referência para os respectivos itens;

7.7.3 O critério de determinação dos custos, considerando o Art. 3º do Decreto nº 7.983, de abril de 2013, são:

7.7.3.1 SINAPI;

7.7.3.2 SICRO e SICRO NOVO;

7.7.3.3 Menor preço de três cotações de mercado para os casos não definidos nos itens anteriores.

7.7.3.4 Os percentuais de BDI estimado pela Contratante seguem as diretrizes do acórdão 2.622/2013 do TCU - plenário;

7.7.4 A Contratada deverá elaborar, previamente a autorização da Contratante para início do serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos, às suas custas:

- a) Formulário de solicitação de orçamento para manutenção, onde deverá constar a respectiva memória de cálculo dos quantitativos;
- b) Planilha de orçamento de acordo com estabelecido nos itens anteriores;
- c) Cronograma físico-financeiro;

7.7.5 As quantidades constantes da planilha orçamentária deverão estar fundamentadas na memória de cálculo;

7.7.5.1 Deverá ser elaborada a memória de cálculo da planilha orçamentária mencionando a metodologia utilizada na quantificação dos itens do orçamento de forma clara e objetiva;

7.7.6 A Contratante deverá aprovar o orçamento, corrigindo eventuais erros.

7.7.6.1 No caso de reincidência de erros que possam sugerir aumento de custo, a empresa será notificada e estará sujeita às sanções cabíveis;

7.7.7 Durante a execução dos serviços, todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e, quando cabível, certificados pelo INMETRO e NBR;

7.7.8 É de responsabilidade da Contratada a gestão da mão de obra e materiais necessários para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

7.7.9 A Contratada deverá atender todas as demandas da Contratante para a execução dos serviços de manutenção predial, que serão solicitadas mediante a emissão da autorização dos serviços levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do requisitante e deverão ser precedidas de proposta de orçamento;

7.7.10 O período para execução dos serviços de manutenção predial será, em regra, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, respeitando as 44 horas semanais. Contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de as execuções no período mencionado anteriormente, a critério da Contratante, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou fora do expediente, sem hora extra e com compensação ou banco de horas, respeitando-se a convenção coletiva da categoria e aprovação da Contratante. Para os plantonistas, a escala será 12h x 36h - 24 horas.

7.7.11 Os serviços de manutenção somente serão realizados mediante emissão prévia da autorização de serviço e aprovação do respectivo orçamento pela Contratante;

7.7.12 A Contratada deverá manter registro dos serviços executados ou a executar e apresentá-lo à Contratante, sempre que solicitado e durante as reuniões periódicas com a Contratante;

7.7.13 As autorizações de serviço serão emitidas pela Contratante, obedecendo-se ao grau de prioridade ou necessidade do serviço, e ainda, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade.

7.7.14 Estratégias Sustentáveis

7.7.14.1 A Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal e o Decreto nº 7.746, de 2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;

7.7.14.2 A Contratada deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

7.7.14.3 A análise, pela Contratante, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços será rigorosa quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade;

7.7.14.4 Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado;

7.7.14.5 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes;

7.7.14.6 Sempre que possível, os materiais não devem conter substâncias perigosas em concentrações acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.7.15 Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS:

7.7.15.1 A Contratada deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços. O documento será submetido à aprovação da Contratante;

7.7.15.2 O PGRS deverá ser elaborado com base na Resolução-CONAMA nº 307 e levar em conta todas as peculiaridades das edificações, objeto da manutenção predial a ser Contratada;

7.7.15.3 Na elaboração do PGRS a Contratada deverá considerar:

- a) Caracterização e quantificação dos resíduos sólidos - Classificar os tipos de resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, adotando a classificação das Resoluções CONAMA 307/02 e 348/04, inclusive os resíduos de característica doméstica. Estimar a geração média de resíduos sólidos de acordo com o cronograma de execução do contrato (em kg ou m³);
- b) Minimização dos resíduos - Descrever os procedimentos que serão adotados para minimização da geração dos resíduos sólidos, por classe;
- c) Triagem/segregação dos resíduos - Priorizar a segregação na origem, neste caso, descrever os procedimentos a serem adotados para segregação dos resíduos sólidos por classe e tipo. Caso a edificação não possua espaço para segregação dos resíduos, esta poderá ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo – ATT, devidamente licenciadas, com identificação da área e do responsável técnico.
- d) Acondicionamento/armazenamento - Descrever os procedimentos a serem adotados para acondicionamento dos resíduos sólidos, por classe/tipo, de forma a garantir a integridade dos materiais. Identificar, na planta da edificação, os locais destinados à armazenagem de cada tipo de resíduo. Informar o sistema de armazenamento dos resíduos identificando as características construtivas dos equipamentos/abrigos (dimensões, capacidade volumétrica, material construtivo etc.);
- e) Transporte interno - Descrever os procedimentos com relação ao transporte interno, vertical e horizontal dos RCC;
- f) Reutilização e reciclagem - Descrever os procedimentos que serão adotados para reutilização e reciclagem dos RCC;
- g) Transporte externo - O transporte dos RCC não poderá ser realizado sem o Controle de Transporte de Resíduos CTR. Este documento contém a identificação do gerador, do (s) responsável (is) pela execução da coleta e do transporte dos resíduos gerados no contrato, bem como da unidade de destinação final. Identificar a empresa licenciada para a realização do transporte dos RCC, os tipos de veículos e equipamentos a serem utilizados, bem como os horários de coleta, frequência e itinerário;

h) Transbordo de Resíduos - Localização: endereço completo (croquis de localização); e

i) Destinação dos resíduos - Descrever os procedimentos que deverão ser adotados com relação à destinação dos RCC por classe de acordo com a Resolução CONAMA. Apresentar carta de viabilidade de recebimento/destinação de empresa licenciada para destinação ou de Área de Triagem e Transbordo – ATT da classe/ tipo de resíduo.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela Contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

8.2 Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pela Contratante;

8.3 Durante o prazo de vigência do Contrato, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante;

8.4 O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço e os materiais;

8.5 Os serviços envolvem a manutenção predial preventiva, corretiva e programada, com fornecimento equipamentos, materiais e mão de obra, nas instalações hidrossanitárias e reconstituição das partes civis afetadas, nas estruturas das edificações, construções, áreas externas, sistemas superficiais e/ou subterrâneos que compreendem o Complexo da PR;

8.6 Os serviços serão divididos e avaliados por Oficina, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Oficinas

OFICINA		CATEGORIA PROFISSIONAL			
nº	Descrição	Posto de Trabalho	Oficial	Meio-oficial	Ajudante
1	Hidrossanitária	Bombeiro Hidráulico	10	1	5
2	Chaveiro	Chaveiro	1	1	0
3	Marcenaria	Lustrador	2	1	0
		Marceneiro	10		4
		Carpinteiro	2		1
		Restaurador Mobiliário	1		0
4	Alvenaria	Pedreiro	9	1	8
5	Pintura	Pintor	10	1	9
6	Serralheria	Serralheiro	8	1	7
7	Tapeçaria	Tapeceiro	2	0	1
		Restaurador Mobiliário	1		0
8	Vidraçaria	Vidraceiro	1	1	1
Total de postos, nas oficinas			57	7	36

8.6.1 Mensalmente, as Oficinas terão seu desempenho avaliado, juntamente com os custos de apropriação da mão de obra e material;

8.6.2 O número de Ajudante e Meio Oficial por Oficina poderá ser alterado de acordo com a efetiva alocação dos serviços e recursos ao longo do mês;

8.6.3 O número de Ajudante e Meio Oficial por Oficina deverá ser periodicamente revisto e pactuado entre as partes;

8.6.4 Foi adotado o percentual de máximo de 40% de insalubridade para os postos de Meio Oficial e Ajudante em razão da variação do atendimento das demandas do serviço;

8.6.5 O efetivo pagamento por insalubridade ao Ajudante e ao Meio Oficial deverá respeitar o percentual da respectiva oficina de lotação individual, conforme relacionado na Tabela 10 do subitem 15.20.1.

8.7 Historicamente, as Ordens de Serviço (OS) seguem a seguinte distribuição, por Oficina:



8.8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

8.8.1 Os serviços realizados e constatações observadas nas rotinas de manutenção deverão ser consolidados em relatório mensal. Para as constatações urgentes e graves, a Contratante deverá ser comunicada de imediato afim de aplicar a melhor solução e a sua execução imediata. A manutenção preventiva poderá ser alterada e/ou executada conforme necessidades e determinações da Contratante;

8.8.2 As manutenções e inspeções preventivas básicas serão realizadas de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC que deverá ser atualizado sistematicamente pela Contratada a fim de se cumprir com as melhores práticas adotadas, visando economia, segurança e ampliação da vida útil dos equipamentos e unidades;

8.8.3 A manutenção preventiva do Complexo da Presidência da República está subdividida em decorrência das oficinas especializadas existentes e em função dos diversos sistemas a se manter;

8.8.4 A tabela a seguir apresentada as atividades mínimas de manutenção a serem executadas, na periodicidade estipulada:

Tabela 4: Serviços

8.8.4.1 Alvenaria	
Atividade	Periodicidade
Verificar a integridade e reconstituir os rejuntamentos internos e externos dos pisos, paredes, peitoris, soleiras, ralos, peças sanitárias, bordas de banheiras, chaminés, grelhas de ventilação e de outros elementos	Semestral
Verificar a calafetação e fixação de rufos, para-raios, antenas, esquadrias, elementos decorativos etc.	Semestral

Verificar a integridade das calhas, telhas, exaustores, protetores térmicos, fixadores e vedantes e, se necessário, efetuar limpeza e reparos, para garantir a funcionalidade, quando necessário. Em épocas de chuvas fortes, fazer inspeção semanal das calhas	Semestral
Revisar pavimento intertravado e recompor o rejuntamento com areia fina ou pó de pedra	Semestral
Revisar calçadas de concreto e, se necessário, recuperá-las	Semestral
Revisar calçadas em pedras portuguesas e, se necessário, recuperá-las utilizando no rejuntamento areia fina ou pó de pedra, mantendo o aspecto original	Semestral
Efetuar manutenção do rejunte do revestimento cerâmico para garantir sua conservação e estanqueidade	Semestral
Verificar na fachada a limpeza e a integridade dos elementos constituintes, rejuntos, mastique, etc.	Anual
Verificar nas lajes se os sistemas de impermeabilização existentes estão sem infiltrações e se a proteção mecânica está deteriorada, fazendo, se necessário, as devidas correções	Anual
Chaveiro	
Atividade	Periodicidade
Verificar os mecanismos de maçanetas, fechaduras das portas	Semestral
Instalações Hidráulicas - Água Potável (Fria e Quente)	
Atividade	Periodicidade
Verificar a existência de vazamentos ou infiltrações	Quinzenal
Operar e limpar as bombas em sistema de rodízio, por meio da chave de alternância no painel elétrico (quando o quadro elétrico não realizar a reversão automática)	Quinzenal
Verificar a estanqueidade da válvula de descarga, torneira automática e torneira eletrônica	Mensal
Verificar a estanqueidade e a pressão específica para a válvula redutora de pressão das colunas de água potável	Mensal
Verificar o funcionamento das torneiras, descargas, bacias sanitárias, mictórios, pressões dos equipamentos de lavagem (lavatórios, pias e tanques) e sanitários	Trimestral
Verificar mecanismos internos da caixa acoplada dos vasos sanitários	Trimestral
Verificar o nível dos reservatórios subterrâneos, apoiados e superiores (estanqueidade), o funcionamento das torneiras de boia, da chave de boia para controle de nível e do extravasor (ladrão) para evitar entupimentos por incrustações ou sujeiras	Semestral
Verificar a estanqueidade das tubulações e registros de gaveta	Semestral
Abrir e fechar completamente os registros dos subsolos e coberturas (barriletes) de modo a evitar emperramentos e os mantendo em condições de manobra	Semestral

Limpar e verificar a regulagem dos mecanismos de descarga de reservatórios	Semestral
Efetuar manutenção nas bombas de recalque de água potável	Semestral
Limpar os aeradores (bicos removíveis) das torneiras	Semestral
Verificar o sistema de pressurização de água e a regulagem da pressão	Semestral
Limpar os filtros e efetuar revisão nas válvulas redutoras de pressão conforme empresa especializada e orientações do fabricante	Semestral
Verificar as tubulações de água potável para detectar obstruções, perda de estanqueidade e sua fixação, recuperar sua integridade onde necessário	Semestral
Inspecionar, no primeiro mês de cada período anual de vigência contratual, os sistemas hidráulicos de vasos de pressão, de acordo com a NR 13 do Ministério do Trabalho, apresentando relatório conclusivo ao final das inspeções. As ações identificadas como necessárias à manutenção dos sistemas deverão ser executadas imediatamente após apresentação do relatório, com a anuência do Gestor do Contrato	Anual
Limpar os reservatórios subterrâneos, apoiados e superiores, realizar eventual manutenção do revestimento impermeável. Obs.: Isolar as tubulações da válvula redutora de pressão durante a limpeza dos reservatórios superiores, quando existentes	Anual (ou quando eventualmente se fizer necessário)

8.8.4.2 Instalações Hidráulicas - Água não Potável

Atividade	Periodicidade
Verificar os componentes dos sistemas de irrigação como: conjuntos moto bombas, tubulações, aspersores, etc. e, se necessário, substituir peças desgastadas ou danificadas	Mensal
Verificar a estanqueidade da válvula de descarga, torneira automática e torneira eletrônica	Mensal
Verificar as tubulações, poços de visita, caixas de passagem e de gordura e bocas de lobo dos sistemas de água servida, para detectar obstruções, perda de estanqueidade, sua fixação, reconstruindo sua integridade onde necessária	Mensal
Limpar os dispositivos que impossibilitam a entrada de resíduos na tubulação	Mensal
Esgotar e limpar duas fossas sanitárias ao mês, perfazendo vinte e quatro esgotamentos e limpezas anuais	Mensal
Verificar o perfeito posicionamento das bombas submersas (esgoto e águas pluviais/drenagem), de modo a evitar obstrução ou danos	Semestral
Limpar os reservatórios de água não potável, verificar estanqueidade e realizar eventual manutenção do revestimento impermeável	Semestral
Abrir e fechar completamente os registros dos subsolos e cobertura (barriletes), evitando emperramento e os mantendo em condições de manobra	Semestral
Limpar e verificar a regulagem dos mecanismos de descarga	Semestral
Efetuar manutenção nas bombas de recalque de esgoto, águas pluviais e drenagem	Semestral
Limpar e desobstruir calhas e tubulações de escoamento de águas pluviais das	Semestral

coberturas das edificações	
Limpar o sistema de esgotamento sanitário a vácuo, descalcificando e desincrustando as tubulações e componentes com produto específico (ácido fosfórico)	Semestral
Verificar o funcionamento do sistema de esgotamento sanitário a vácuo, fazer ajustes para seu perfeito funcionamento	Trimestral
Verificar as tubulações de captação de água do jardim para detectar a presença de raízes que possam destruir ou entupir as tubulações	Anual
8.8.4.3 Marcenaria	
Atividade	Periodicidade
Reapertar parafusos aparentes de fechos, fechaduras, dobradiças, puxadores e roldanas das esquadrias de madeira	Anual
Verificar estruturas de madeira dos telhados das coberturas, inclusive telhas, seus fixadores, vedantes e protetores térmicos e, se necessário, fazer reparos e substituições	Anual
Verificar as esquadrias de madeira e, se necessário, repará-las e retratar a madeira. No caso de esquadrias envernizadas, efetuar se necessário, raspagem/lixamento total e reaplicação de verniz	Anual
Verificar a abertura e fechamento das portas de madeira	Anual
Efetuar se necessário, no caso de forros de madeira envernizados, raspagem/lixamento total e reaplicação de verniz	Anual
Efetuar inspeção do funcionamento do sistema de molas e dobradiças, efetuando a regulagem e lubrificação, se necessário, nas portas de madeira	Anual
8.8.4.4 Pintura	
Atividade	Periodicidade
Repintar, se necessário, os forros dos banheiros e áreas úmidas	Anual
Repintar, se necessário, paredes e tetos das áreas secas	Bianual
Repintar, se necessário, com tinta adequada as esquadrias de superfícies pintadas	Bianual
8.8.5 Serralheria	
Atividade	Periodicidade
Limpar, manter isentas de oxidação, engraxar ou lubrificar as roldanas, cabos de aço, correntes, dobradiças, etc dos portões metálicos	Semestral
Regular as chaves de fim de curso dos portões a fim de evitar batidas no fechamento	Semestral
Verificar visualmente o fechamento das portas metálicas e, se necessário, solicitar reparo	Semestral
Aplicar óleo lubrificante nas dobradiças e maçanetas das portas metálicas para garantir o seu perfeito funcionamento	Semestral

Efetuar limpeza geral das esquadrias metálicas, incluindo os drenos. Reapertar parafusos aparentes e regular freio e lubrificação, substituindo o que estiver desgastado ou danificado	Anual
Verificar a presença de fissuras, falhas na vedação e fixação nos caixilhos metálicos e reconstituir sua integridade onde for necessário	Anual
Reapertar parafusos aparentes de fechos, fechaduras, dobradiças, puxadores e roldanas das esquadrias metálicas	Anual
Verificar as estruturas metálicas dos telhados das coberturas, inclusive as telhas, seus fixadores, vedantes e protetores térmicos e, se necessário, fazer reparos ou substituições	Anual
8.8.6 Tapeçaria	
Atividade	Periodicidade
Hidratar a superfície dos móveis estofados revestidos em couro	Semestral
8.8.6.5 Vidraçaria	
Atividade	Periodicidade
Verificar a vedação e fixação dos vidros e, se detectado algum quebrado, substituí-lo	Semestral
Refazer ou complementar, se necessário, o rejuntamento das bordas dos boxes com silicone específico ou mastique	Semestral
Efetuar inspeção do funcionamento do sistema de molas e dobradiças, efetuando a regulagem e lubrificação, se necessário, nas portas de vidro	Semestral
Verificar o desempenho das vedações e fixações dos vidros nos caixilhos	Semestral
Verificar a integridade das películas existentes em vidros e se necessário substituí-las	Anual

8.8.6.6 Os procedimentos de manutenção preventiva poderão ser alterados de acordo com o previsto no Manual de Procedimentos Operacional da Engenharia da Presidência da República.

8.9 INSPEÇÕES E MANUTENÇÕES PREDIAIS CORRETIVAS

8.10 As edificações da Presidência da República deverão receber manutenções corretivas sempre que necessárias, mediante registro de "Ordens de Serviço - OS", obedecendo-se às ações básicas subsequentes ou mais atualizadas;

8.10.1 Estruturas

8.10.1.1 No surgimento de trincas e fissuras identificar as causas de seu surgimento com diagnóstico minucioso, analisando carregamento excessivo, uso indevido do compartimento, concentração de cargas e, finalmente, ensaios de laboratório, revisão de projetos e aplicação de instrumentação de acompanhamento.

8.10.1.2 Após adoção das medidas anteriores e mediante laudo técnico executar as devidas correções.

I - O laudo técnico deverá ser emitido por Engenheiro Civil devidamente habilitado para esse fim, registrado no CREA e sem ônus adicional para a Presidência da República.

8.10.1.3 A Contratada deverá comunicar ao Gestor, de imediato, a ocorrência de trincas e fissuras, bem como providenciar, com urgência, as medidas previstas nos itens acima.

8.10.2 Revestimentos de Paredes, Pisos e Forros

8.10.2.1 Reboco

I - recompor com argamassa em traço apropriado, cunhando a alvenaria ou colocando mata-juntas, conforme o caso; e

II - nas manchas provocadas por infiltrações, próximas ao piso, abrir a alvenaria abaixo da mancha, aplicar massa de cimento com impermeabilizante e recompor o reboco e a pintura.

8.10.2.2 Pintura

I - as tintas utilizadas deverão ser de primeira linha das marcas AkzoNobel (Coral), Sherwin Williams (Metalatex, Novacor), Suvinil, Renner/Sayerlack ou de qualidade igual ou superior, desde que aprovadas pela Contratante; e

II - não sendo possível manter os retoques em uniformidade com o restante dos acabamentos, refazê-los na sua totalidade.

8.10.2.3 Revestimento Cerâmico em paredes e pisos

I - deverá ser mantido no almoxarifado estoque de peças aplicadas para futuras substituições, de acordo com o estipulado por normas e padrões de engenharia para reserva técnica, visando manter o padrão existente.

II - a reserva técnica, quando justificada, será mantida sob a guarda da Contratada, em local fornecido pela Presidência da República que funcionará como almoxarifado, e deverá ser entregue para o Gestor no final do contrato;

III - quando na troca de peças ou partes do revestimentos, as novas destoarem das demais, a critério do Gestor, deverá ser refeito todo o revestimento visando uniformidade;

IV - substituir peças danificadas mantendo o padrão existente, conforme disposto no item acima;

V - observar o caimento mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) no piso, no sentido do ralo, caso exista, a fim de evitar acúmulo de água;

VI - recompor peças mal fixadas;

VII - recompor rejunte sempre que apresentar defeito para evitar infiltrações ou quando ocorrer mudança de tonalidade; e

VIII - as áreas internas dos box dos banheiros, deverão ser tratadas com Sikatop - 107, ou outro produto similar ou superior, quando do assentamento das cerâmicas.

8.10.2.4 Revestimento vinílico em pisos

I - substituir as partes danificadas tão logo o processo se inicie evitando que o problema afete outras áreas, mantendo a originalidade;

8.10.2.5 Revestimento em madeira

I - recompor peças mal fixadas;

II - fazer tratamento da madeira quando necessário;

III - substituir peças danificadas refazendo todo o acabamento, por exemplo, sinteco, selador, etc, para manter uma apresentação uniforme;

IV - revitalizar o acabamento sempre que exigido pela Contratante.

8.10.2.6 Cimentado

I - recuperar sempre que apresentar trincas aplicando juntas de dilatação e, caso necessário, recompactar a base;

8.10.2.7 Carpete

I - recuperar ou substituir sempre que apresentar desgaste, rasgos ou mofos e manchas que não possam ser removidos. As emendas deverão ser executadas de forma a manter a aparência de uma única peça, bem como a homogeneidade da cor;

8.10.2.8 Piso em paralelepípedo, pedra portuguesa e intertravado:

I - recompor peças desniveladas e soltas com recuperação da base em berço confinado de areia ou pó de pedra, incluindo também nesse serviço os meios-fios;

8.10.2.9 Revestimento em mármore e granito:

I - quando for inevitável a substituição de alguma pedra, aplicar outra do mesmo tipo e qualidade das pedras existentes; e

II - é proibido o uso de produtos ácidos e/ou corrosivos para limpeza e polimento dos mármore e granitos.

8.10.2.10 Forro de gesso

I - remover manchas, eliminando suas causas e dando o acabamento predominante;

II - eliminar trincas e outros danos, com aplicação de material apropriado, mantendo o acabamento predominante;

III - quando na troca de peças ou partes dos forros, as novas destoaem das demais, a critério da Contratante, deverá ser refeito todo o revestimento visando uniformidade; e,

IV - substituir peças danificadas mantendo o padrão existente.

8.10.2.11 Forros em geral

I - corrigir desalinhamento das lâminas examinando os tirantes de sustentação e/ou desempenando-as;

II - quando na troca de peças ou partes dos forros, as novas destoaem das demais, a critério da Contratante, deverá ser refeito todo o revestimento visando uniformidade; e

III - substituir peças danificadas mantendo o padrão existente.

8.10.2.12 Telhado cerâmico e em fibrocimento e rufos

I - recompor telhas mal fixadas e/ou deslocadas;

II - substituir telhas danificadas observando sempre os caimentos mínimos especificados, bem como seus encaixes;

III - verificar grampos de fixação e seus vedantes, substituindo os danificados; e

IV - recompor rufos danificados.

8.10.2.13 Impermeabilizações diversas

I - recuperar com técnica e produtos apropriados, aprovados previamente pela Contratante, as impermeabilizações de lajes, calhas, reservatórios, espelhos d'água, etc., sempre que detectado vazamento ou infiltração d'água, bem como fissuras e trincas.

8.11 SERVIÇOS CORRELATOS

8.11.1 A Contratada executará serviços inerentes às oficinas de Alvenaria, Chaveiro, Hidráulica Marcenaria/Carpintaria, Pintura, Serralharia, Tapeçaria e Vidraçaria, conforme as necessidades registradas por meio de "Ordens de Serviço-O.S.", desde que compatíveis com o presente objeto.

8.11.2 Alvenaria

8.11.2.1 Serviços de Pedreiro na manutenção, recuperação, adequação, demolição, reforma e construção, tais como: tijolos, concreto, estruturas, meios-fios, revestimentos, pisos, calçadas, granitos, mármore, caixas de passagem, canaletas, tubulações para fiação, muros, pilares, vigas, impermeabilizações, escavações de valas, e demais serviços inerentes;

8.11.3 Chaveiro

8.11.3.1 Serviços de Chaveiro na manutenção, recuperação, abertura, adaptação, modificação, remoção e instalação, tais como: fechaduras, cadeados, trancas e trincos de cofres, portas em geral, esquadrias, armários, portões, bem como a confecção de todo e qualquer tipo e modelo de chaves e demais serviços inerentes;

8.11.4 Hidráulica

8.11.4.1 Serviços de Bombeiro Hidráulico na manutenção, recuperação, adequação, reforma, modificação e construção, tais como: instalações hidráulicas de água potável, de esgotos, de águas pluviais, de sistemas de irrigação; e demais serviços inerentes, inclusive bombas e equipamentos de irrigação, recalque, pneumáticos e sistema de esgotamento sanitário a vácuo.

8.11.5 Marcenaria/Carpintaria

8.11.5.1 Serviços de marcenaria e carpintaria na manutenção, recuperação, adaptação, modificação, reforma e confecção, tais como: mobiliário sob medida, molduras, portas, portais, esquadrias, estruturas de telhado, praticáveis, tablados, forros de madeira, cabos de ferramentas, confeccionados em compensado, madeira maciça, aglomerado, MDF ou MDP, incluindo acabamentos com vernizes, poliéster, lacas, laminados, fórmicas, pátinas, laqueados, seladoras; e demais serviços inerentes.

8.11.6 Pintura

8.11.7 Serviços de pintura na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, tais como: paredes diversas, estruturas de concreto, meios-fios, tetos, portas, esquadrias, brises, móveis e equipamentos em geral, molduras, placas, letreiros, incluindo emassamento de paredes, tetos, portas e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura, inclusive eletrostática; e demais serviços inerentes, devendo antes recuperar as partes danificadas.

8.11.8 Serralharia

8.11.8.1 Serviços de serralharia na manutenção, recuperação, reforma, adaptação, modificação, confecção e construção, tais como: mobiliário sob medida, ralos, grelhas, suportes, portas, portais, esquadrias, estruturas de telhado, estruturas metálicas em geral, praticáveis, forros metálico, forros de PVC, estruturas de forro de gesso, alambrados, cabos de ferramentas, confeccionados em alumínio, ferro, aço inoxidável, chapas metálicas diversas, tubos metálicos diversos, cabos metálicos diversos, policarbonatos, telas metálicas; e demais serviços inerentes.

8.11.9 Tapeçaria

8.11.9.1 Serviços de tapeçaria na manutenção, revitalização, recuperação, reforma, adaptação, modificação (exceto em bens históricos e artísticos) tais como: estofados, toldos, tapetes, carpetes, cadeiras, sofás, passadeiras, guarda-sóis, guarda-chuvas, tendas, colchões, persianas, cortinas; e demais serviços inerentes.

8.11.10 Vidraçaria

8.11.10.1 Serviços de vidraçaria na manutenção, recuperação, substituição, adaptação, modificação e confecção, tais como: esquadrias, quadros, molduras, espelhos, boxes, portas, tampos de mesas, móveis em geral, bem como manutenção, recuperação, aplicação e remoção de películas de proteção solar; e demais serviços inerentes.

8.12 MÃO DE OBRA

8.12.1 Para a plena execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar o seguinte efetivo, com experiência mínima de seis meses comprovada na Carteira de Trabalho:

Tabela 5: Postos de Trabalho

Descrição	CBO	Qtd. Empregados
AJUDANTE	7170	36
MEIO-OFICIAL	7170	7
BOMBEIRO HIDRÁULICO	7241	6
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - DIURNO	7241	2
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - NOTURNO	7241	2
CHAVEIRO	5231-15	1
LUSTRADOR	7751-15	2
MARCENEIRO	7711-05	10
CARPINTEIRO	7155	2
PEDREIRO	7152	9
PINTOR	7166	10
SERRALHEIRO	7244-40	8
RESTAURADOR DE MOBILIÁRIO	2624	2
TAPECEIRO	7652	2
VIDRACEIRO	7163	1
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	3121	2
SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO	7102	5
ENGENHEIRO CIVIL	2142	2

8.12.2 A qualificação das Categorias Profissionais deverá atender aos requisitos mínimos constantes da Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.12.3 Requisitos mínimos das Categorias Profissionais, complementares aos elencados na respectiva Categoria Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego:

8.12.3.1 Engenheiro Civil

I - quantificação e especificação de materiais sob demanda e acompanhamento técnico de serviços, inspeção preventiva das edificações e elaboração de pareceres técnicos, planejamento e orçamento dos serviços, controle de ordens de serviço e verificação do índice de produtividade das equipes.

II - Coordenação, acompanhamento, instrução, fiscalização e supervisão técnica de todas as frentes de trabalho, exigindo dos empregados qualidade, empenho, esmero e solicitude nas atividades, responsabilizando-se ainda pelo isolamento

e identificação dos locais de execução, com objetivo de se evitar acidentes e prejuízos às instalações e/ou pessoas;

III - Responsabilização Técnica do objeto deste Termo, devidamente registrado no CREA;

IV - Elaboração do "*as built*" das modificações, em forma de croqui, para fins de atualização das plantas das edificações;

V - Realização de vistorias nas edificações e elaboração de relatórios, identificando os problemas e informando as correções necessárias e executadas;

VI - Coordenação, implantação e fiscalização das rotinas de manutenções preventivas estabelecidas, bem como realização de vistorias em todas as edificações para se identificar necessárias intervenções corretivas, promovendo-as quando necessário.

VII - Manutenção da equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas;

VIII - Elaboração de relatórios, comunicados, laudos e outros documentos;

IX - Elaboração do planejamento, rotina e procedimentos operacionais, acompanhando ainda a equipe de manutenção para a execução dos serviços, de acordo com as normas técnicas, legais e administrativas vigentes;

X - Elaboração de orçamentos e especificações técnicas para serviços nos sistemas e elementos que compõem o conjunto de edificações da Presidência da República.

8.12.3.2 Técnico em Edificações

I - Planejamento da execução de projetos;

II - Elaboração de orçamento de serviços;

III - Tomada de providências quanto a suprimentos;

IV - Supervisão da execução de obras e serviços;

V - Supervisão, fiscalização e condução da execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientação e coordenação das equipes, na execução de instalações, montagens, operação, reparos ou manutenção de edificações e demais obras da construção civil;

VI - Assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade, nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria para edificações e no âmbito da construção civil;

VII - Coleta de dados de natureza técnica, assim como análise de resultados para elaboração de laudos ou relatórios técnicos, de sua autoria ou de outro profissional;

VIII - Desenho com detalhes, e representação gráfica de cálculos, de seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;

IX - Elaboração do orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão de obra, de seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;

X - Detalhamento dos programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;

- XI - Aplicação das normas técnicas relativas aos respectivos processos de trabalho;
- XII - Execução dos ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;
- XIII - Regulação de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos;
- XIV - Execução, fiscalização e coordenação de serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como condução e treinamento das respectivas equipes;
- XV - Assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;
- XVI - Responsabilização pela elaboração e execução de projetos;
- XVII - Controle da produtividade, frequência, pontualidade e desempenho das equipes de trabalho.

8.12.3.3 Meio-Oficial

- I - Exercer suas atividades, com capacitação específica por Oficina, conforme Tabela 3;
- II - Organizar e distribuir máquinas, ferramentas, equipamentos de proteção individual e demais equipamentos para os demais empregados;
- III - Verificar a limpeza e organização das respectivas Oficinas;
- IV - Verificar a guarda, organização e distribuição dos materiais dentro das Oficinas;
- V - Verificar o recolhimento e descarte de entulhos;
- VI - Receber, organizar e distribuir as Ordens de Serviço;
- VII - Receber dos Supervisores e cadastrar as Ordens de Serviço executadas;
- VIII - Auxiliar os Supervisores e Técnicos em Edificações.

8.12.3.4 Restaurador de Mobiliário (Marcenaria):

- I - Executar pequenos reparos de marcenaria no acervo de mobiliário, obedecendo à capacidade técnica e operacional da oficina local e conforme orientação da Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- II - Conhecer as tipologias de madeiras e as suas especificações (desejável);
- III - Conhecer a produção e ter a capacidade de identificar o mobiliário moderno no Brasil (desejável);
- IV - Identificar mobiliário com valor histórico e artístico;
- V - Identificar fatores de degradação e analisar estado de conservação do bem cultural;
- VI - Registrar dados do bem cultural e etapas do processo de trabalho para posterior encaminhamento à Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- VII - Identificar necessidade de outros profissionais envolvidos no processo;

- VIII - Identificar produtos e materiais adequados a serem utilizados na conservação-restauração do mobiliário histórico e artístico;
- IX - Executar técnicas de acabamento em mobiliário;
- X - Recomendar medidas de preservação pós intervenção;
- XI - Auxiliar nas atividades de transporte, armazenagem e acondicionamento;
- XII - Propor testes e ensaios nos materiais e produtos, para avaliação da Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- XIII - Cumprir normas e procedimentos de segurança; e
- XIV - Propor orçamentos e cronogramas de execução.
- XV - Os serviços de média e alta complexidade serão realizados por outros instrumentos geridos pela Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos.

8.12.3.5 Restaurador de Mobiliário (Tapeçaria):

- I - Executar pequenos reparos de estofaria no acervo de mobiliário, obedecendo à capacidade técnica e operacional da oficina local e conforme orientação da Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- II - Conhecer a produção e ter a capacidade de identificar o mobiliário moderno no Brasil (desejável);
- III - Identificar mobiliário com valor histórico e artístico;
- IV - Identificar fatores de degradação e analisar estado de conservação do bem cultural;
- V - Registrar dados do bem cultural e etapas do processo de trabalho para posterior encaminhamento à Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- VI - Identificar necessidade de outros profissionais envolvidos no processo;
- VII - Identificar produtos e materiais adequados a serem utilizados na conservação-restauração do mobiliário histórico e artístico;
- VIII - Executar técnicas de acabamento em mobiliário;
- IX - Recomendar medidas de preservação pós intervenção;
- X - Auxiliar nas atividades de transporte, armazenagem e acondicionamento;
- XI - Propor testes e ensaios nos materiais e produtos, para avaliação da Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos, no âmbito da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;
- XII - Cumprir normas e procedimentos de segurança; e
- XIII - Propor orçamentos e cronogramas de execução.
- XIV - Os serviços de média e alta complexidade serão realizados por outros instrumentos geridos pela Unidade Administrativa Responsável pela Preservação dos Bens Históricos e Artísticos.

8.12.3.6 A Contratada deverá ser capaz de atender aos seguintes serviços adicionais, por meio de seus colaboradores efetivos na PR:

- I - Serviços de Pedreiro para impermeabilização;
- II - Serviços de Pedreiro para confecção e instalação de telhados com estrutura não metálica;
- III - Serviços de Tapeceiro em cortinas;
- IV - Serviços de Bombeiro em manutenção de conjunto moto-bomba e um em sistemas de esgotamento sanitário à vácuo;
- V - Serviços de Pintor para montagem de forro de gesso em placa e acartonado e montagem de parede do tipo *drywall*;
- VI - Serviços de Serralheiro para confecção e instalação de esquadrias e solda em alumínio;
- VII - Serviços de Serralheiro para confecção e instalação de telhados com estrutura metálica;
- VIII - Serviços de Marceneiro e Lustrador para instalação e manutenção de pisos de tacos de madeira, laminados ou tábua corrida, e aplicação de sinteco;
- IX - Serviços de Carpinteiro para montagem de formas e manutenção de tesouras de madeira para sustentação de telhados;
- X - Serviços de Técnico em Edificações para elaboração de planilhas de custo, cronograma e orçamentos em geral;

8.12.4 A Contratada deverá apresentar o candidato à contratação, anexando cópia legível da Carteira de Trabalho para comprovação da experiência, Carteira de Identidade, CPF e Comprovante de Residência, bem como 1 foto 3 x 4 colorida e recente;

8.12.5 A Contratada deverá manter em seu quadro efetivo profissionais com capacidade e experiência para desempenhar, além das atividades rotineiras, as atividades descritas no subitem 8.12.3.6.

8.12.6 A planilha-resumo de estimativa de custos e quantitativos de mão de obra exclusiva consta do Apêndice I desse Termo de Referência.

8.12.7 Expediente

8.12.7.1 Os empregados cumprirão 44 horas semanais de segunda à sexta-feira.

8.12.7.2 O posto de trabalho de Bombeiro Hidráulico deverá ser mantido na escala 12 x 36 horas para atendimento das demandas da Presidência da República.

8.12.7.3 Todo e qualquer serviço em atraso, bem como aqueles que possam afetar as atividades normais da Presidência da República e, ainda, os determinados pela Contratante, deverão ser executados fora do expediente normal, inclusive fins de semana e feriados, respeitado o limite de carga horária/mês estabelecido pela convenção da categoria;

- I - Quando o empregado trabalhar além de 44 horas semanais, as horas excedentes poderão ser compensadas com folgas, sendo expressamente vedado o pagamento de horas-extras.

8.12.7.4 Os empregados deverão registrar suas presenças por meio de ponto eletrônico.

8.13 INSUMOS COMPLEMENTARES - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, FERRAMENTAS E UNIFORME

8.13.1 A Contratada deverá fornecer *Kits* de EPI, uniformes e ferramentas de acordo com os famílias de insumos de mão de obra discriminadas na planilha de Encargos Complementares ([2440234](#)) - Apêndice VII desse Termo de Referência;

8.13.2 O fornecimento de EPI's e ferramentas deverá obedecer, quando houver, às determinações da Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva Categoria Profissional;

8.13.3 Os cálculos de custo com ferramentas e EPI devem seguir a mesma metodologia;

8.13.4 A partir das famílias de mão de obra foi feita uma estimativa das ferramentas necessárias para cada atividade profissional, considerando o custo, a vida útil e a frequência (Coeficiente de Utilização) de uso dos bens;

8.13.5 A Contratada deverá avaliar periodicamente a durabilidade do equipamento/ferramenta, bem como a frequência com que o trabalhador utiliza cada equipamento/ferramenta, que pode ser de uso contínuo durante a jornada de trabalho, como no caso do uniforme, capacete e botas, ou ainda, de uso eventual associado à atividade específica que está sendo realizada;

8.13.6 Os custos horários e mensais de EPI e Ferramentas Individuais devem ser obtidos a partir do custo unitário (obtido em conformidade com o subitem 7.7.3) de cada equipamento ou ferramenta, da vida útil e do coeficiente a frequência de utilização, conforme equações abaixo:

- Vida Útil (horas trabalhadas) = Vida Útil (dias) x 6,28752222**
- Custo Horário (R\$/h) = (Custo Unitário (R\$) / Vida Útil (h))
- Custo Horário Efetivo (R\$/h) = Custo Horário (R\$/h) x Coef. de Utilização (%)
- Custo Mensal (R\$/mês) = Custo Horário (R\$/h) x 188,57*
 - *Sendo 188,57 o número de horas trabalhadas no mês;
 - **6,28752222 = 188,57 / 30 horas trabalhadas no dia.

8.13.7 Desse modo, o cálculo resumido do custo mensal unitário de ferramentas e EPI é dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Custo Mensal (R$/mês)} = (\text{Custo Unitário (R$)} / \text{Vida Útil (dias)} * \text{Coef.de Utilização} \times 30$$

8.13.8 A tabela abaixo discrimina o uso do EPI por Função e Frequência (Coeficiente de Utilização), de acordo com cada família de mão de obra:

Tabela 6: EPI

item	EPI	Vida útil (dias)	Oficial	Bombeiro Hidráulico	Supervisor	Pedreiro	Pintor	Ajudante / Meio Oficial	Engenheiro Civil / Técnico em Edificações
1	Abafador de ruídos	90	50%	-	-	-	-	20%	-
2	Avental de PVC	15 dias úteis	-	-	-	-	100%	-	-
3	Avental de raspa	30	50%	-	-	-	-	-	-

8.13.9 A tabela abaixo discrimina o uso de Ferramentas de Uso Individual por Categoria Profissional considerando a Frequência (Coeficiente de Utilização) e Vida Útil:

Tabela 7: Ferramentas

Carpinteiro			
Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Alicate diagonal para corte rente 6"	180	20%
2	Esquadro 90° x 30 cm	360	50%
3	Estilete 18 mm	30	50%
4	Formão chanfrado 1"	180	40%
5	Furadeira de impacto 1/2" - 600 W	720	50%
6	Grampo de aperto rápido 18"	360	30%
7	Kit Chave de Fenda e <i>Phillips</i>	360	40%
8	Lápis de carpinteiro	2	80%
9	Martelo de borracha preto 450 g	180	50%
10	Martelo de pedreiro - 1 corte	90	70%
11	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	90	50%
12	Régua de Alumínio	360	30%
13	Riscador com ponta de videa	360	50%
14	Serrote 20	90	30%
15	Trena	360	80%
Bombeiro Hidráulico			
Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Arco de serra	90	30%
2	Chave de grifo de 24"	180	30%
3	Chave fixa 19 X 22	180	20%
4	Chave inglesa 10"	180	20%
5	Chave inglesa 15"	180	20%
6	Corta-tubos com capacidade de 6 - 42 mm	360	30%
7	Furadeira de impacto 1/2" - 600 W	720	20%
8	Linha de Pedreiro 100 m	7	20%
9	Lixadeira elétrica	720	30%
10	Maçarico de Solda	360	20%
11	Marreta 1/2 kg	90	20%
12	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	90	50%
13	Régua de Alumínio - 2 m	360	30%
14	Talhadeira aço chato 10"	30	20%
15	Torno/morsa de bancada número 4	720	20%
16	Trena	360	50%
Supervisor de Obras e Manutenção			

Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Esquadro 90° x 30 cm (12")	360	20%
2	Lápis de carpinteiro	2	30%
3	Martelo de borracha preto 450 g	180	20%
4	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	90	20%
5	Prumo de Centro	360	30%
6	Prumo de Parede	360	30%
7	Trena	360	80%
Pedreiro			
Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Colher de Pedreiro nº 9	90	50%
2	Desempenadeira Aço Dentada	90	20%
3	Desempenadeira Aço Lisa	90	20%
4	Desempenadeira de madeira	30	10%
5	Balde 10 L	30	100%
6	Bucha de Espuma	2	30%
7	Carrinho de Mão	180	100%
8	Esquadro 90° x 30 cm (12")	360	30%
9	Lápis de carpinteiro	2	20%
10	Linha de Pedreiro 100 m	7	30%
11	Mangueira de Nível - 20 m	90	30%
12	Marreta 1/2 kg	90	30%
13	Martelo de borracha preto	180	20%
14	Martelo de pedreiro - 1 corte	90	30%
15	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	90	80%
16	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"	30	15%
17	Prumo de Centro	360	30%
18	Prumo de Parede	360	30%
19	Régua de Alumínio - 2 m	360	40%
20	Talhadeira aço chato 10"	30	15%
21	Trena	360	50%
22	Trincha	7	30%
Pintor			
Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Balancim individual	360	20%
2	Balde 10 L	30	100%
3	Bandeja de pintura	30	35%
4	Compressor de ar profissional 10 pés - 110 L	720	10%
5	Corda de bombeiro 12 mm	180	20%

	em <i>nylon</i> trançado (rolo de 100 m)		
6	Desempenadeira Aço Dentada	30	20%
7	Desempenadeira Aço Lisa	30	40%
8	Desempenadeira para Lixa (suporte manual)	30	30%
9	Desempenadeira PVC	30	20%
10	Escada de abrir, com 2 x 8 degraus (2,40 m)	180	30%
11	Escada de marinho em duralumínio	360	30%
12	Escova de aço	60	20%
13	Espátula de aço inox 10 cm	30	40%
14	Espátula PVC lisa	30	20%
15	Estilete 18 mm	30	20%
16	Estopa	30	50%
17	Extensor de cabo de rolo 2 m	30	20%
18	Fita adesiva (crepe)	3	20%
19	Furadeira de impacto 1/2" - 600 W	360	20%
20	Kit para compressor de ar com 5 peças	180	10%
21	Lixadeira elétrica	360	30%
22	Lona plástica preta - 4 x 100 m - 12 kg	240	50%
23	Misturador de tinta 100 mm x 60 cm (uso com furadeira)	60	35%
24	Pincel chato 1" cerdas sintéticas	6	35%
25	Rolo de espuma <i>poliester</i> 15 cm c/ cabo	6	20%
26	Rolo de espuma <i>poliester</i> 9 cm c/ cabo	6	20%
27	Rolo de lã de carneiro 23 cm c/ cabo	6	20%
28	<i>Thinner</i> / Aguarrás (5L)	15	50%
29	Trincha 2" cerdas sintéticas	6	35%

Ajudante / Meio Oficial

Item	Ferramenta	Vida Útil (dias)	Frequência (Coef. Util.)
1	Alicate Profissional 8"	180	20%
2	Arco de serra	90	20%
3	Balde 10 L	30	100%
4	Carrinho de Mão	180	40%
5	Carrinho Plataforma em madeira 1500 x 800 mm	360	40%
6	Enxada Estreita	180	40%
7	Marreta 1/2 kg	90	30%
8	Martelo de borracha	180	40%
9	Pá quadrada com cabo de madeira em Y	120	80%
10	Ponteiro aço liso	30	30%
11	Serrote 20	90	20%

12	Talhadeira aço chato 10"	30	30%
----	--------------------------	----	-----

8.13.10 Para a definição das ferramentas necessárias para as categorias de Serralheiro e Marceneiro, deverá ser observada a disponibilidade prévia do almoxarifado da PR, incluindo os itens listados no subitem 8.14.1 (Tabela 8);

8.13.11 Para a definição das demais categorias, deverá ser pactuado entre as partes a lista necessária, de acordo com o andamento da execução contratual, respeitando-se, se for o caso, a determinação da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;

8.13.12 Em caso de necessidade de algum EPI ou ferramenta não constante das tabelas acima, deverá ser respeitado o critério de aquisição (subitem 7.7.3), devendo ainda ser pactuado, caso a caso, o tempo de vida útil e os valores percentuais de frequência de utilização;

8.13.13 A Contratada deverá rever, durante a execução do Contrato, os percentuais de frequência e vida útil dos EPI's, equipamentos e ferramentas, de acordo com a sua efetiva utilização;

8.13.14 Qualquer alteração de valores durante a execução do Contrato deverá ser comprovada e precedida da autorização da Contratante;

8.13.15 A Contratante poderá, a qualquer momento, verificar a efetiva utilização, bem como o estado de conservação dos equipamentos de proteção, equipamentos em geral e ferramentas, que, em caso de divergência com a tabela pactuada ou em desacordo com a legislação vigente, poderá resultar em sanções à Contratada.

8.13.16 A Planilha de Custo e Formação de Preços (2684303), apêndice desse Termo de Referência, apresenta a descrição dos Equipamentos de Proteção individual, equipamentos em geral, uniformes e ferramentas mais utilizados no contrato de manutenção predial civil da PR no ano contratual 2019/2020, conforme calculado no Apêndice VII: Memória de Cálculo - Encargos Complementares ([2440234](#)). A estimativa de custos foi baseada nos preços atualizados pela tabela SINAPI (referência mês 10/2020).

8.13.17 A planilha-resumo dos cálculos para EPI, equipamentos em geral e uniformes consta do Apêndice II desse Termo de Referência.

8.13.17.1 Na planilha-resumo está prevista a aquisição de 80% dos insumos necessários à execução contratual;

8.13.18.1.1 Esse percentual será ressarcido no Módulo 5: Insumos Diversos, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços;

8.13.17.2 Eventualmente, poderá ser necessário EPI, equipamento ou ferramenta não constante da referida planilha de custos;

8.13.17.3 Tais itens, sob demanda, serão adquiridos mediante comprovação da real necessidade e da apresentação dos cálculos constantes do subitem 8.13.6;

8.13.17.4 Tais itens poderão ser adquiridos somente mediante aprovação prévia da Contratante;

8.13.17.5 O BDI aplicado para EPI, equipamentos e ferramentas referente aos 20% sob demanda será fixado em 14,02% (Catorze virgula zero dois por cento).

8.13.17.6 A efetiva aquisição dos itens descritos nesse tópico deverá obedecer às recomendações do subitem 7.7.2 desse Termo de Referência.

8.14 FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS EM ALMOXARIFADO DA PR

8.14.1 A Contratante deverá disponibilizar à Contratada, as ferramentas, máquinas e equipamentos abaixo listados:

Tabela 8: Almoxarifado da PR

Nº	Patrimônio	Descrição
Alvenaria		
1	-	Betoneira sobre rodas com motor de 3 cv, 220 VOLTS, com capacidade de 400 litros.
Bombeiro Hidráulico		
1	520145	Aparelho de desentupimento, marca MAR
2	520088	Arco de serra, nº 12, marca BACHERT
3	172256	Bancada de trabalho, em madeira, med. 220 x 96 x 88cm
4	68587	Bomba D'água, centrifuga, monofásica de 01 HP, marca SCHNEIDER
5	73396	Bomba submersível para drenagem de água, marca SCHNEIDER
6	186611	Chave de corrente (jacaré), para tubos, em aço
7	182204	Cortador de tubos CORTATUBOS, de cobre, latão e alumínio
8	182199	Desentupidora de varetas a gasolina, com potência de 5 cv, marca RIDGID
9	39221	Desentupidora rotativa, elétrica, marca RIDGID
10	172338	Esmeril de bancada, marca JOWA
11	190355	Máquina de solda elétrica, tubos de cobre de ¼, 230 volts
12	39220	Rosqueadora elétrica para tubos de 1/8, marca RIDGID
13	160452	Torno de Bancada
14		Serra recíproca, marca RIDGID
15	182200	Torno de bancada em aço, forjado de 6", parafuso ACME
16	35949	Torno para tubo nº 3, marca SOMAR
Chaveiro		
1	39268	Torno de bancada
Marcenaria		
1	39229	Afiadeira de serra elétrica, marca ROHMAQ
2	190385	Afiador de facas voltagem 220/380 trifásico para plaina
3	177611	Afiador de serra, monofásico 250 W
4	39233	Amolador com 01 chave para sacar rebolo, marca INVICTA
5	39679	Bancada de trabalho
6	172268	Bancada de trabalho em madeira
7	172269	Bancada de trabalho em madeira
8	172270	Bancada de trabalho em madeira
9	172255	Bancada de trabalho em madeira com 01 gaveta
10	39633	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
11	39634	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
12	39636	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
13	39637	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
14	39639	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
15	39640	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
16	39641	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
17	39642	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
18	39643	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
19	39645	Bancada de trabalho em madeira para carpinteiro
20	172263	Carrinho para transporte
21	190456	Coletor de pó, uso industrial, motor 5HP, trifásico, 220V

22	178886	Desempenadeira de 400 x 220 MM, 3 trifásico, marca POSSAMAI
23	39240	Desempenadeira elétrica com 01 chave especial, marca INVICTA
24	39234	Esmeril de bancada, marca JOWA
25	180480	Furadeira de bancada horizontal mandril 5/8 220V 450W
26	39242	Furadeira horizontal para madeira, marca INVICTA
27	39236	Furadeira horizontal para madeira, marca ROCKWELL INVICTA
28	39689	Furadeira portátil, marca BOSCH
29	39657	Grampo tipo sargento nº 10
30	39671	Grampo tipo sargento nº 10
31	39672	Grampo tipo sargento nº 10
32	34484	Grampo tipo Sargento nº 8, marca NODULAR
33	34485	Grampo tipo Sargento nº 8, marca NODULAR
34	190354	Lixadeira de fita sem exaustor (lixa 7.100mm e motor 3CV
35	39250	Lixadeira semi-industrial, marca INVITA
36	34870	Plaina desempenadeira nº 4, marca STANLEY
37	39241	Plaina desengrossadeira com 01 chave de boca, marca INVICTA
38	190454	Plaina desengrossadeira, motor 5HP, trifásico 220/380
39	39246	Prensa hidráulica, marca INVICTA
40	39235	Respingadeira industrial, marca INVICTA
41	39237	Serra circular com bancada em ferro, marca INVICTA
42	39238	Serra circular com bancada em ferro, marca INVICTA
43	34460	Serra circular portátil, marca BOSCH
44	178887	Serra esquadria 2920 mm, 5 cv trifásico, marca POSSAMAI
45	176798	Serra fita 800 mm, 5 cm trifásico, marca BALDARI
46	39681	Serra manual para meia esquadria
47	176800	Serra meia esquadria 12 polegadas, 220 V
48	39231	Soldador para serra de fita, marca NEWTON
49	39227	Torno de bancada nº 5, marca SCHULZ
50	39247	Torno mecânico, marca INVICTA
51	39244	Tupia com bancada em ferro, marca INVICTA
52	190455	Tupia Industrial motor 5HP, trifásico, marca VERRY
Pintura		
1	183000	Cabine de pintura automotiva, com instalação, medindo 1internamente 6,90 x 3,90 x 2,56m
2	39252	Carrinho para transporte
3	39797	Carrinho para transporte
4	39801	Carrinho para transporte
5	22395	Compressor de ar, marca SCHULZ
6	186618	Compressor de ar, motor trifásico 425L
Serralheria		
1	520119	Arco de serra, marca BACHERT
2	30789	Bancada de trabalho em aço
3	35943	Bancada de trabalho em madeira
4	22392	Bancada de trabalho em madeira com 04 gavetas
5	160450	Bigorna de duas pontas

6	180479	Calandra modelo M-4
7	30776	Carrinho para transporte
8	35005	Carrinho para transporte de cilindro
9	22369	Dobradeira para chapas, marca RINAL
10	30785	Esmeril de bancada, marca BAMBOZZI
11	30798	Esmeril de bancada, marca SCHNEIDER
12	172252	Estação de solda oxigênio/acetileno
13	30790	Furadeira de bancada, marca NEWTON
14	30794	Furadeira de bancada, marca ROCK
15	39206	Grampo tipo sargento, nº 08
16	39209	Grampo tipo sargento, nº 08
17	39212	Grampo tipo sargento, nº 08
18	190395	Guilhotina automática para corte de chapas- 220/380V
19	153365	Lixadeira portátil esmerilhadeira, marca BOSCH
20	153366	Lixadeira portátil esmerilhadeira, marca BOSCH
21	153334	Lixadeira portátil, marca POWERTEC
22	160448	Macaco Hidráulico tipo jacaré
23	172251	Maçarico portátil, marca WITTE MARTINS
24	30772	Manômetro analógico, marca WHITE MARTINS
25	172232	Máquina de solda 10 a 200 amperes, 220 V
26	30783	Máquina de solda a ponto, marca SIGEL
27	30800	Prensa manual
28	34455	Serra circular portátil para cortar mármore
29	187177	Serra de fita horizontal trifásico, 220 V
30	172612	Serra elétrica (policorte) de cortar ferro 12"
31	176613	Serra elétrica (policorte) de corte de alumínio
32	160449	Serra elétrica com sistema de corte mecânico
33	39812	Serra elétrica, marca MAKITA
34	30791	Serra tipo policorte, marca FERRARI
35	30787	Tesoura tipo alavanca para cortar chapas
36	35942	Tesoura tipo alavanca para cortar chapas
37	160451	Torno de bancada
38	160447	Torno de bancada, marca SCHULZ
39	39230	Torno mecânico, marca SANCHES BLANES
40	160453	Torno para ferreiro
41	171253	Torno para ferreiro nº 6, marca SCHULZ
Tapeçaria		
1	172265	Bancada de trabalho em madeira
2	172266	Bancada de trabalho em madeira
3	39630	Filtro regulador de pressão, marca NORGREN
4	39627	Furadeira portátil, marca BOSCH
5	39628	Furadeira portátil, marca BOSCH
6	39629	Máquina colocadora de ilhós, composta de 6 pares de matriz.
7	180521	Máquina de costura industrial overloque, 210/110W, marca SINGER
8	180522	Máquina de costura industrial transporte duplo, marca SINGER

8.14.1.1 As ferramentas, equipamentos e máquinas ficarão sob a total responsabilidade da Contratada, para delas cuidar e zelar como se seus próprios fossem, sendo-lhe vedada, em quaisquer circunstâncias, utilizar-se das mesmas para outros fins fora do objeto deste Termo, sob pena de sofrer as multas cabíveis;

8.14.1.2 As ferramentas, equipamentos e máquinas deverão ser mantidas sempre em condição de funcionamento, recebendo as manutenções preventivas e corretivas necessárias, sem ônus adicional para a Contratante, para que sejam restituídas ao término do Contrato em iguais condições de uso;

8.14.1.3 As ferramentas, equipamentos e máquinas serão assumidas pela Contratada no estado em que se encontram, devendo promover todos os reparos e reposições de acessórios necessários às suas utilizações, sem ônus adicional;

8.14.1.4 A máquina, equipamento ou ferramenta fornecida permanecerá instalada e/ou disponível nas Oficinas da Engenharia da Presidência da República, durante toda a vigência do contrato;

8.14.1.5 Outras máquinas, equipamentos e ferramentas que se fizerem necessárias à execução dos serviços deste Termo, serão fornecidas e instaladas pela Contratada;

8.14.1.6 As peças, acessórios, utensílios e materiais de consumo e/ou reposição para o funcionamento e uso das ferramentas e máquinas serão de inteira responsabilidade da Contratada, que deverá manter estoque mínimo de materiais de reposição para garantir o pronto atendimento dos serviços;

8.14.1.7 A Contratada deverá adotar rotina de manutenção preventiva visando manter todas as máquinas, equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação e funcionamento;

8.14.1.8 A Contratada deverá por à disposição dos seus funcionários, ferramentas e equipamentos em perfeitas condições de uso, substituindo-os sempre que não estiverem em condições adequadas para execução dos serviços;

8.14.1.9 Fica expressamente proibida a retirada de qualquer máquina, equipamento ou ferramenta para serviços alheios ao objeto do Contrato;

8.14.1.10 Todas as ferramentas, máquinas e equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso e de segurança aos usuários não se admitindo, em nenhuma hipótese, emendas e/ou qualquer defeito que cause mal funcionamento ou risco aos profissionais;

8.14.1.11 A Contratada deverá emitir duas notas fiscais separadas para o pagamento dos serviços e materiais.

8.15 MATERIAIS

8.15.1 A Contratada fornecerá, para o atendimento das Ordens de Serviço e execução das manutenções de rotina, todo e qualquer material, peças e componentes necessários ao perfeito atendimento das demandas;

8.15.2 Os materiais, peças, componentes e equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade, consagrados no mercado nacional e aprovados pela Contratante;

8.15.3 Em caso de impasse entre a Contratada e a Contratante sobre a reprovação de algum material ofertado pela Contratada e considerado pela Contratante como não sendo de primeira qualidade, a Contratada deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, como contraprova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para a Presidência da República;

8.15.4 Serão consideradas marcas de padrão de referência, primeira linha, para efeito de similaridade: Tigre e Amanco (materiais hidráulicos); Deca, Celite e Incepa (louças e acessórios sanitários); Coral, Metalatex e Novacor (tintas, vernizes, seladores, massa à base de PVA e complemento acrílico), 3M (abrasivos);

8.15.5 As marcas e produtos indicados admitem o similar se aprovado pela Contratante;

8.15.6 A similaridade indicada refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia;

8.15.7 No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Presidência da República; ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável) substituição por similar ou superior em qualidade;

8.15.8 A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com os prazos definidos em conjunto com a Contratante;

8.15.9 Não será admitida alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo de materiais/equipamentos pelos fornecedores;

8.15.10 Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de qualidade dos materiais;

8.15.11 A Planilha de Custo e Formação de Preços (2684303), apêndice desse Termo de Referência, apresenta a descrição dos materiais mais utilizados no contrato de manutenção predial civil da PR no ano contratual 2019/2020, representando 80% dos custos dos materiais utilizados. A estimativa de custos dos materiais sob demanda foi baseada nos preços atualizados pela tabela SINAPI (referência mês 10/2020) acrescidos de BDI fixado em 14,02%.

8.15.12 O BDI aplicado será fixado em 14,02% (Catorze virgula zero dois por cento);

8.15.13 A efetiva aquisição dos itens descritos nesse tópico deverá obedecer às recomendações do subitem 7.7.2 desse Termo de Referência;

8.15.14 As licitantes deverão manter o valor do material SINAPI e do BDI aplicado, conforme Planilha de Custos e Formação de Preços (2684303) apêndice desse TR, na composição da dotação necessária ao ressarcimento dos gastos mensais com materiais, que serão pagos unicamente em função de suas ocorrências, respeitando-se a descrição e características mínimas especificadas neste Termo de Referência;

8.15.15 A planilha-resumo para o cálculo dos valores para estimativa de materiais consta do Apêndice III desse Termo de Referência;

8.15.16 Imediatamente ao recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá levantar os materiais necessários, estimar seus quantitativos e submeter à Contratante a solicitação de compra para fins de autorização. Após, a Contratada deverá orçar os materiais previstos de acordo com o procedimento estabelecido no subitem 7.7.3.

8.15.17 Os materiais destinados aos serviços em unidades residenciais funcionais, tais como areia, brita, saibro, cimento, argamassa e similares deverão ser transportados, devidamente embalados, em sacos plásticos;

8.15.18 A Contratada deverá promover o devido descarte de todo lixo ou entulho resultante de obra/serviço imediatamente ao término do serviço, sendo vedado o depósito desse material nas dependências da PR.

8.16 SERVIÇOS SOB DEMANDA

8.16.1 Quando os serviços não puderem ser realizados pela mão de obra contemplada no efetivo contratado, a Contratada, sob expressa autorização da Contratante, deverá subcontratar os serviços a profissional ou empresa especializada na atividade.

8.16.1.1 Os custos dos serviços sob demanda a serem subcontratados, devido à sua relativa imprevisibilidade de mensuração e detalhamento, foram definidos em 7% (sete por cento) do valor estimado para mão de obra sob dedicação exclusiva.

8.16.1.2 O valor estimado para os serviços sob demanda foi de R\$ 447.294,91 (quatrocentos e quarenta e sete mil duzentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos), o qual deverá estar fixado no processo licitatório, não constituindo objeto de disputa.

8.16.1.3 Os principais serviços eventualmente solicitados sob demanda poderão ser os seguintes:

Tabela 9: Principais serviços eventuais sob demanda (rol exemplificativo)

Exemplos de serviços sob demanda a serem subcontratados
Serviços de locação de Containeres
Serviços de locação de andaime fachadeiro
Serviços de locação de Mini Trator, tipo BOBCAT e acessórios
Serviços de locação de Plataforma Tipo Articulada, combustão - Altura de trab. De até 16 m
Serviços de locação de Plataforma Individual para deslocamento manual - Altura de trab. De até 14 m.
Esgotamento de fossa e caixas de gordura
Análises qualidade da água
Furo em Lajes/ Vigas com perfuratrizes rotativas com coroas segmentadas a diamante industrial.
Serviços de colocação / tratamento de piso de madeira (taco, laminados e sinteco).
Reparo de Lonas, vulcanização.
Levantamento Topográfico
Solda em PAD para manutenção em sistemas de irrigação
Ensaio para verificação da resistência de aderência em revestimentos de argamassa, gesso e cerâmica;
Ensaio em cimentos: tempo de pega, massa específica, finura, resistência a compressão;
Ensaio em tubulações.
Serviços de caça vazamentos com equipamentos especializados
Concreto usinado com brita 0 Slump 12 +/- 2 e FCK 20 Mpa - Referência SINAPI 90854.
Serviço de corte/ furo em bancada de granito
Instalação de tela mosquiteira
Sinalização gráfica
Serviços de locomoção

8.16.1.4 Os custos dos serviços sob demanda deverão ser apurados de acordo com os critérios estabelecidos no subitem 7.7.3;

8.16.1.5 A execução dos serviços deverá ser precedida de expressa aprovação da Contratante;

8.16.1.6 Os serviços sob demanda deverão ser discriminados na Nota Fiscal, por tipo de serviço, acrescido do BDI estipulado no subitem 8.15.12;

8.16.1.7 O pagamento dos serviços sob demanda será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal de serviços, emitida pela empresa subcontratada, após o ateste definitivo do Gestor do Contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições neste Termo de Referência;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.7.4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.16 Fornecer crachá de identificação aos empregados da Contratada, de uso obrigatório, disponibilizados pela área de Segurança da Presidência da República, para acesso às dependências da Contratante, que deverão ser devolvidos à Coordenadoria Geral de Engenharia, que os encaminhará à área de Segurança, quando dos desligamentos dos empregados da Contratada.

9.17 Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às instalações da Contratante, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.

9.18 Colocar à disposição dos empregados da Contratada local para guardar ferramentas/equipamentos e vestiário para banho, troca e guarda de uniformes.

9.19 Disponibilizar, caso necessário, espaço físico para a Contratada executar seu plano de logística, bem como disponibilizar linha telefônica restrita a chamadas internas.

9.20 Cobrar à Contratada, as faltas e/ou atrasos de seus empregados que não tenham sido substituídos, providenciando glosa na fatura mensal.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Contratante, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

10.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, bem como a terceiros, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.9 Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da Contratante, devidamente uniformizado (camisa, calça e sapato), identificado por crachá e providos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da Contratante.

10.10 Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a Contratante, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

10.11 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da Contratante.

10.12 Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da Contratante.

10.13 Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de insalubridade.

10.14 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

10.14.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

10.14.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

10.14.3 Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

10.14.4 Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.14.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

10.15 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

10.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de

regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.17 Substituir, no prazo de 4 (horas), após o início do expediente, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto à Contratante, caso não haja fiscal designado;

10.18 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.18.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.19 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.20 Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre o objeto deste Termo.

10.21 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato não transfere a responsabilidade, por seu pagamento, à Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Termo, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

10.22 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.22.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

10.23 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos às instalações ou bens, de propriedade da Contratante, dos servidores ou de terceiros, causados por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo e do Contrato que vier a ser assinado.

10.24 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal.

10.25 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.26 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Contratante, caso não haja fiscal designado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.27 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.28 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.29 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

10.29.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.29.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

10.29.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

10.30 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.31 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.32 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

10.32.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.32.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

10.32.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

10.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.34 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.35 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.36 A Contratada deverá assinar o Termo de Confidencialidade, conforme consta do Apêndice VI desse Termo de Referência;

10.37 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.38 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

10.38.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.39 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.40 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.41 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

10.42 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.43 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.44 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.45 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.46 Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da

Contratante, bem como não desviar o efetivo contratado para atividades gerenciais e/ou administrativas.

10.47 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
- e) reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

10.48 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

10.49 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.50 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.51 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

10.52 Assessorar a Contratante na elaboração e desenvolvimento dos projetos que envolvam o objeto deste Termo.

10.53 Assumir total responsabilidade técnica sobre os serviços deste Termo mediante registro, no CREA, do respectivo Contrato.

10.54 Executar todo o suporte à logística necessária ao perfeito cumprimento das tarefas indiretas vinculadas ao atendimento do objeto.

10.55 Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 04/06/2010.

10.56 Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.56.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.56.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.57 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

10.57.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

10.57.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

10.57.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

10.57.4 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

10.58 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10.59 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

10.59.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá instalar escritório em espaço fornecido pela Presidência da República, de acordo com a declaração apresentada para fins de habilitação, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, exceto de serviços eventuais sob demanda, equivalente a 7 % (sete por cento) do valor fixo contratado para mão de obra sob dedicação exclusiva.

11.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

11.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.4 Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

11.5 Não será admitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos

na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

13.3 A Presidência da República designará no mínimo um Gestor e um Fiscal, tanto titular quanto seu substituto, para exercer a fiscalização do Contrato resultante desta licitação que registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.4 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

13.4.1 Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

13.4.2 Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

13.4.3 Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

13.4.4 Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

13.4.5 Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

13.5 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

13.6 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.7 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

13.8 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

13.8.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

13.8.1.1 Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.8.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

13.8.1.3 Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

13.8.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

13.8.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

13.8.2.2 Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

13.8.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

13.8.2.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.8.3 Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

13.8.3.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

13.8.3.2 Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;

13.8.3.3 Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

13.8.3.4 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

13.8.3.5 Comproverantes de realizaão de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

13.8.4 entrega de c3pia da documentaão abaixo relacionada, quando da extinão ou rescis3o do contrato, ap3s o 3ltimo m3s de prestao dos servios, no prazo definido no contrato:

13.8.4.1 Termos de rescis3o dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de servio, devidamente homologados, quando exig3vel pelo sindicato da categoria;

13.8.4.2 Guias de recolhimento da contribuio previdenci3ria e do FGTS, referentes 3s rescis3es contratuais;

13.8.4.3 Extratos dos dep3sitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

13.8.4.4 Exames m3dicos demissionais dos empregados dispensados.

13.9 A Contratante dever3 analisar a documentao solicitada no item 15.8.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias ap3s o recebimento dos documentos, prorrog3veis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

13.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizaes Sociais, ser3 exigida a comprovao de atendimento a eventuais obrigaes decorrentes da legislao que rege as respectivas organizaes.

13.11 Sempre que houver admiss3o de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 15.8.1 acima dever3o ser apresentados.

13.12 Em caso de ind3cio de irregularidade no recolhimento das contribuies previdenci3rias, os fiscais ou gestores do contrato dever3o oficiar 3 Receita Federal do Brasil (RFB).

13.13 Em caso de ind3cio de irregularidade no recolhimento da contribuio para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato dever3o oficiar ao Minist3rio do Trabalho.

13.14 O descumprimento das obrigaes trabalhistas ou a n3o manuteno das condies de habilitao pela Contratada poder3 dar ensejo 3 rescis3o contratual, sem preju3zo das demais sanes.

13.15 A Contratante poder3 conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigaes trabalhistas ou suas condies de habilitao, sob pena de rescis3o contratual, quando n3o identificar m3-f3 ou a incapacidade de correo.

13.16 Al3m das disposies acima citadas, a fiscalizao administrativa observar3, ainda, as seguintes diretrizes:

13.16.1 Fiscalizao inicial (no momento em que a prestao de servios 3 iniciada):

13.16.1.1 Ser3 elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informaes sobre todos os empregados terceirizados que prestam servios, com os seguintes dados: nome completo, n3mero de inscrio no CPF, funo exercida, sal3rio, adicionais, gratificaes, benef3cios recebidos, sua especificao e quantidade (vale-transporte, aux3lio-alimentao), hor3rio de trabalho, f3rias, licenas, faltas, ocorr3ncias e horas extras trabalhadas;

13.16.1.2 Todas as anotaes contidas na CTPS dos empregados ser3o conferidas, a fim de que se possa verificar se as informaes nelas inseridas coincidem com as informaes fornecidas pela Contratada e pelo empregado;

13.16.1.3 O n3mero de terceirizados por funo deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

13.16.1.4 O sal3rio n3o pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Conveno Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

13.16.1.5 Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;

13.16.1.6 Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

13.16.1.7 No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- d) Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

13.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

13.16.2.1 Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

13.16.2.2 Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

13.16.2.3 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;

13.16.2.4 Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

13.16.3 Fiscalização diária:

13.16.3.1 Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

13.16.3.2 Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

13.16.3.3 Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

13.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

13.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

13.18 A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

13.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

13.19 A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Contratante quaisquer dos seguintes documentos:

13.19.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

13.19.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;

13.19.3 cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

13.19.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

13.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto item 22 desse TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

13.20.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.20.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.20.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.22 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.24 A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.26 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.31 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

13.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

13.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da contratada.

13.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

13.35 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratada ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.36 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.37 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria Especial de Administração e suas normas

complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

14.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao Gestor do Contrato;

14.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

14.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2 Considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 70.406, de 2002).

14.16 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, que deverá conter a discriminação dos serviços executados / materiais adquiridos, e será creditado em nome da Contratada por meio de ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo até 30 (trinta) dias, contados do ateste do Gestor da execução dos serviços.

15.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

15.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1 A data da emissão;

15.4.2 Os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.3 O período de prestação dos serviços;

15.4.4 O valor a pagar; e

15.4.5 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5 Para efeito de cada pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com as Notas Fiscais/Faturas:

I - Relação nominal dos profissionais alocados, com os comprovantes de pagamento salarial, relativo ao mês de referência do faturamento cobrado (cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço), devidamente recebidos pelos funcionários ou comprovantes de depósitos em suas contas correntes; bem como de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte e vale-alimentação) devidamente assinados pelos empregados;

II - Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;

III - Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na Nota Fiscal pela não ocupação do quantitativo de trabalhadores, em caso de faltas, férias e posto vago;

IV - GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, por tomador de serviço;

V - Guia de recolhimento autenticado do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados;

VI - Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas pela Delegacia Regional do Trabalho;

VII - Certidão Negativa de Débito – CND (Previdência Social);

VIII - Certificado de Regularidade do FGTS;

IX - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

X - Declaração de Optante do Simples (Declaração IN SRF nº 480/2004 – Anexo IV) – somente para as empresas optantes por este regime de tributação;

XI - Planilha consolidada das peças fornecidas, mediante ressarcimento, acompanhada das autorizações de compra e respectivas cópias das Notas Fiscais das peças, devidamente autenticadas em cartório;

XII - RAIS;

XIII - CAGED.

15.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.7.1 Não produziu os resultados acordados;

15.7.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.13 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.14.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.16 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.17 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

15.17.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

15.17.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

15.17.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

15.18 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

15.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15.20 INSALUBRIDADE

15.20.1 A Contratada deverá pagar, mensalmente, adicional de insalubridade de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 10: Insalubridade

CATEGORIA	Insalubridade*	
	40%	20%
AJUDANTE**	x	x
MEIO-OFICIAL **	x	x
BOMBEIRO HIDRÁULICO	x	
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - DIURNO	x	
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - NOTURNO	x	
CHAVEIRO		
LUSTRADOR		x
MARCENEIRO		x
CARPINTEIRO		x
PEDREIRO		
PINTOR	x	
SERRALHEIRO		x
TAPECEIRO		x
VIDRACEIRO		
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES		x
SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO		x
ENGENHEIRO CIVIL		x

*Segundo Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade nº: 01/2018 (SEI [2458253](#)), emitido pela Presidência da República.

**O efetivo pagamento por insalubridade ao Ajudante e ao Meio Oficial deverá respeitar o percentual da respectiva oficina de lotação, conforme relacionado na Tabela 3 do subitem 8.6.

16. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

16.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

16.3 A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

16.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

I - 13º (décimo terceiro) salário;

II - Férias e um terço constitucional de férias;

III - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

V - Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

16.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

16.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

16.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

16.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

16.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

16.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

16.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

17.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

17.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

17.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

17.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

17.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

17.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

17.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

17.5 O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos

de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

17.6 Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

17.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

17.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

17.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

17.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

17.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

17.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

17.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

17.11 A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

17.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

17.13 Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Reajustamento da Construção Civil (SINAPI), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

17.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

17.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

17.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

17.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

17.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

17.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

17.19 A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o

término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12 Será considerada extinta a garantia:

18.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da

Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14 A contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

18.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

18.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

18.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5 cometer fraude fiscal.

19.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

19.2.2 Multa de:

19.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 11 e 12, abaixo; e

19.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

19.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3 As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 11 e 12:

Tabela 11 - Grau e Correspondência

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 12 - Descrição das Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

20.1 Como critério de aferição de resultados, será adotado o Instrumento de Medição de Resultado e o correspondente critério de mensuração conforme graduação da ocorrência estabelecida na tabela a seguir:

Tabela 13: IMR

Órgão/Unidade:		DESCONTO MÁXIMO
Nº Contrato:		
Fiscal/Responsável:		
Contratada:		
Mês de Referência:		
INDICADOR 1 - USO DOS EPI'S E UNIFORMES		10
Finalidade	Garantir o cumprimento das exigências legais relacionadas a segurança do trabalho (EPI's)	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Inspeção dos empregados em serviço, com verificação dos equipamentos apropriados para cada atividade	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (2 pontos por ocorrência)	
INDICADOR 2 - APRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS		10
Finalidade	Manter o funcionário uniformizado e com o uniforme limpo, apresentável e com crachá, em ambiente de trabalho	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Inspeção das oficinas e dos locais de execução dos serviços, com verificação do estado dos uniformes	

Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 3 - FORNECIMENTO DE UNIFORMES E FERRAMENTAS DE USO INDIVIDUAL		10
Finalidade	Garantir o recebimento, pelo funcionário, do uniforme e ferramentas, semestralmente ou conforme as determinações da categoria, em CCT	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação periódica dos recibos individuais de entrega de uniformes e ferramentas de uso individual	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,25 ponto por ocorrência)	10
INDICADOR 4 - FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS DE USO COLETIVO		
Finalidade	Garantir o fornecimento e controle apropriado de ferramentas de uso coletivo	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação dos recibos gerais de entrega de material e ferramentas, aos supervisores das Oficinas	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (nº de oficinas sem recibo)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	10
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 5 - CUSTO DE EPI's E FERRAMENTAS		
Finalidade	Manter consistente o custo mensal apurado com EPI e ferramentas, de acordo com a efetiva necessidade do funcionário e com as tabelas aprovadas	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação dos cálculos apresentados de quantitativo, de frequência de uso e de vida útil dos equipamentos fornecidos aos funcionários	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de	10

Cálculo	referência (nº categoria profissional em desacordo com o cálculo)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 6 - LIMPEZA DAS OFICINAS E ÁREAS DE SERVIÇO		10
Finalidade	Garantir a limpeza das Oficinas e das áreas, especialmente após a execução dos serviços	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Inspeção nas oficinas	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (nº de oficinas ou locais de serviços não limpos)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,5 pontos por ocorrência)	
		10
INDICADOR 7 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE		
Finalidade	Garantir a tempestividade nas solicitações da Contratante	
Meta a cumprir	Até o dia útil posterior à solicitação, ou em prazo específico estipulado pela Contratante	
Instrumento de medição	Verificação dos documentos emitidos à Contratada, com as respectivas respostas às solicitações	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/solicitação à Contratante	
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior ao estipulado	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 pontos por ocorrência)	10
Observação	o prazo de resposta não se confunde com o prazo para solução do problema. A Contratada deverá emitir resposta imediata aos questionamentos, mesmo que tal resposta contenha simples pedido de prazo para conclusão da demanda. A resposta da Contratada deverá ser feita em documento análogo ao do pedido (ex: pedido por Ofício - resposta por Ofício; pedido por e-mail - resposta por e-mail; etc)	
INDICADOR 8 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS		10
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamento	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação do pagamento, no mês de medição, por meio de extratos, folhas de ponto e comprovantes de pagamento	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria	

Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (2 pontos por ocorrência)	
INDICADOR 9 - EFETIVO DE EMPREGADOS		10
Finalidade	Garantir a reposição de funcionários faltosos, por qualquer motivo (férias, licença médica, etc)	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação do relatório mensal de faltas, sem indicação do substituto, de acordo com a folha de ponto do efetivo	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de falta sem reposição no mês de referência	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,5 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 10 - DESVIO DE FUNÇÃO		10
Finalidade	Garantir a devida competência e/ou atribuições laborais nas respectivas categorias profissionais	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências, por meio de verificação dos cargos e funções (serviço executado)	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de desvio de função	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 11 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL		10
Finalidade	Garantir a qualificação profissional para as respectivas ocupações	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências, por meio de verificação dos documentos comprobatórios das qualificações	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de funcionário desqualificado ou sem comprovante de qualificação	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	

INDICADOR 12 - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS		10
Finalidade	Garantir a conformidade na execução dos serviços com a pronta substituição de máquinas ou equipamentos com defeito ou em má conservação	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação in loco, com formalização das ocorrências	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,25 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 13 - TEMPESTIVIDADE NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS		10
Finalidade	Garantir a tempestividade no fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Inspeção periódica no almoxarifado; verificação de atrasos por falta de material	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência (nº de ocorrências de falta de materiais)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,5 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 14 - TEMPESTIVIDADE NOS SERVIÇOS		10
Finalidade	Garantir que os serviços sejam executados nos prazos estipulados	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Verificação das datas de início e fechamento das Ordens de Serviço	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de atraso no mês de referência (nº de O.S. encerrada fora do prazo)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 15 - CONTINUIDADE NOS SERVIÇOS		10
Finalidade	Garantir que os serviços sejam executados com continuidade e regularidade, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito	

Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Constatação formal de interrupção na prestação de serviços	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de interrupção por oficina	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 16 - MANUTENÇÕES PREVENTIVAS		10
Finalidade	Garantir a efetiva realização de manutenções preventivas, demonstrando sua eficácia, indicando o local de execução e o detalhamento dos serviços executados	
Meta a cumprir	Cumprir o checklist de manutenção preventiva, demonstrando os resultados alcançados, e propondo eventuais intervenções decorrentes da preventiva	
Instrumento de medição	Verificação da qualidade do relatório de manutenção preventiva	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento / constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência na avaliação negativa de relatórios de manutenção preventiva	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
INDICADOR 17 - RELATÓRIOS GERENCIAIS		10
Finalidade	Garantir a confiabilidade e a qualidade dos relatórios relativos às Ordens de Serviço (executadas/em execução/não executadas)	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Inspeção, por amostragem, do status da OS na Central de Serviço, confrontando com a real situação da OS em campo	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de inconsistência ou falta de dados, nos relatórios de OS	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,25 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de gerenciamento de OS) para a supervisão pela Contratante, de modo a facilitar a entrega desses relatórios, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 18 - ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DE OS		10
Finalidade	Garantir o pleno controle das OS, por meio de acompanhamento e	

	gerenciamento do nº de OS abertas, status de execução e prazo de entrega	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Deixar de entregar relatório diário de execução das OS	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma falta no mês (nº de OS com status divergente entre a real execução e os relatórios da empresa)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (0,25 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de gerenciamento) para a supervisão pela Contratante, de modo a facilitar a entrega desses relatórios, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 19 - ENCERRAMENTO DE OS		10
Finalidade	Garantir o fechamento de todas as OS concluídas (executadas ou não executadas)	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Deixar de emitir relatório de encerramento de OS à Contratante	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma falta no mês por culpa da Contratada (nº de ocorrências de divergência entre a Central de Serviços e os relatórios da empresa)	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de manutenção) para supervisão pela Contratante, de modo a facilitar o controle dessas OS, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 20 - CUSTOS DOS SERVIÇOS		10
Finalidade	Garantir o acompanhamento e gerenciamento dos efetivos custos dos serviços, por OS	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Deixar de relatar, ou relatar parcialmente, os custos dos serviços executados	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma OS sem custos, ou com custos parciais, ou ainda, com custos inconsistentes com o custo efetivo aplicado	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	

Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de custos) para supervisão pela Contratante, de modo a facilitar o controle dessas OS, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 21 - CUSTOS DOS MATERIAIS		10
Finalidade	Garantir o acompanhamento e gerenciamento dos efetivos custos dos materiais gastos, por OS	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Deixar de relatar, ou relatar parcialmente, os custos dos materiais gastos	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma OS com materiais sem custos, ou com custos parciais, ou ainda, com custos inconsistentes	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de custos) para supervisão pela Contratante, de modo a facilitar o controle dessas OS, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 22 - AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS - SINAPI		10
Finalidade	Garantir a prioridade na aquisição dos materiais por meio dos custos SINAPI, com a devida comprovação e identificação do item	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês	
Instrumento de medição	Adquirir materiais com valores diferentes da tabela SINAPI, ainda que constantes em tal tabela	
Forma de acompanhamento	Fiscal do Contrato ou colaborador designado, por meio de registros	
Periodicidade	Por evento/constatação	
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos um material adquirido em desacordo com as regras desse TR	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme número de ocorrências no mês (1 ponto por ocorrência)	
Observação	Para cumprimento desse item, a Contratada poderá propor meios eletrônicos (por exemplo aplicativos ou softwares específicos de apropriação SINAPI) para supervisão pela Contratante, de modo a facilitar o controle dessas OS, sem ônus à Contratante	
INDICADOR 23 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS - QUANDO HOUVER PESQUISA		10
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço	
Meta a cumprir	Quanto maior melhor	
Instrumento de medição	Pesquisa de satisfação	

Forma de acompanhamento	Aplicação mensal ou no período estipulado pela Contratante, de pesquisa de satisfação	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Média das notas obtidas	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço	
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 10 Pontos, conforme resultados da pesquisa	
TOTAL DE PONTOS - DESCONTO MÁXIMO NO MÊS		230

20.2 No caso de haver ocorrência superior a 10 pontos no mês, em qualquer dos itens acima, ocorrerá automaticamente uma dedução de 0,25% sobre o valor mensal da fatura do serviço prestado, por cada item que exercer os 10 pontos, além do ajuste previsto na tabela 14 abaixo.

$$\text{NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO (NMA)} = 10 - ((\Sigma \text{PONTOS PERDIDOS})/23)$$

Tabela 14: Pontuação-IMR

Nota Mensal de Avaliação - NMA	Desconto no Pagamento
$9,5 \leq \text{NMA} < 10$	Nenhum
$9,0 \leq \text{NMA} < 9,5$	Advertência
$8,0 \leq \text{NMA} < 9,0$	Abatimento de 0,5% da fatura mensal do serviço
$7,0 \leq \text{NMA} < 8,0$	Abatimento de 1,0% da fatura mensal do serviço
$6,0 \leq \text{NMA} < 7,0$	Abatimento de 1,5% da fatura mensal do serviço
$5,0 \leq \text{NMA} < 6,0$	Abatimento de 2,0% da fatura mensal do serviço
$\text{NMA} < 5,0$	Abatimento de 2,5% da fatura mensal do serviço

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados das planilhas, tanto global quanto unitários, constantes nas Planilhas de Custos e Formação de Preços (2684303).

21.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo único.

21.2.1 Considerando-se o disposto no inciso "b" do item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e ainda levando-se em conta a natureza similar dos itens do grupo ora demandados, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência da República. Portanto, para a pretensa contratação, não haverá o parcelamento do objeto, e sim o agrupamento de itens conforme discriminado no subitem 1.1, tendo como critério de julgamento o menor preço por grupo, pois os serviços possuem interdependência em sua execução.

21.2.2 Tendo em vista também a Súmula 247 do TCU em que a regra geral é realizar a adjudicação por itens, cumpre ressaltar que o não parcelamento dos serviços justifica-se pela inviabilidade técnica e econômica decorrente da característica indivisível do objeto. Assim, o não parcelamento não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos irá gerar perda de economia de escala. Sendo assim, é necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que indubitavelmente ocorrerá

uma eficiente execução e gestão contratual, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para a prestação dos serviços similares.

21.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.4 Dos critérios de habilitação:

21.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.4.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.4.2.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

21.4.2.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

21.4.2.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

21.4.2.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 (dez) % do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

21.4.2.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

a) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item

pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

b) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo anexo do Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Termo de Referência;

I - a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

II - quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

21.4.2.6 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela Contratada serão:

21.4.2.7 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

21.4.2.7.1 Para ao menos um dos cargos de Engenheiro Civil, serviços de:

I - Manutenção de instalações hidrossanitárias;

II - Manutenção de pisos e revestimentos cerâmicos, mármore ou granitos;

III - Pintura;

IV - Esquadrias metálicas;

21.4.2.7.2 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se saque vencedor do certame.

21.4.2.7.3 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

21.4.2.7.4 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da Contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

21.4.2.8 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.4.2.8.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.4.2.8.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica - Operacional, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha executado, satisfatoriamente, serviços de manutenção predial preventiva e corretiva em edificações não residenciais compatíveis com o objeto da presente licitação, com área construída igual ou superior a 60.000 m², sendo que façam explícita referência às seguintes parcelas relevantes:

I - Manutenção de instalações hidrossanitárias;

II - Manutenção de pisos e revestimentos cerâmicos, mármore ou granitos;

III - Pintura;

IV - Esquadrias metálicas;

21.4.2.8.1.2 A exigência de área mínima para o atestado de capacidade técnica-operacional tomou como referência a tabela 1 do subitem 3.2. Foi considerado o limite de 40% da área interna estimada da Presidência da República de 152.844,50 m². Os tipos de serviços elencados no subitem anterior referem-se àqueles que têm maior impacto, tanto sob o ponto de vista financeiro quanto operacional do contrato. A experiência profissional se faz necessária devido às peculiaridades tanto das instalações quanto do usuário da Presidência da República. Desse modo, as ações de segurança, qualidade e tempestividade na execução dos serviços exigem qualificação técnica do profissional da área.

21.4.2.9 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.4.2.10 A exigência de Atestado faz-se necessária para comprovação da capacidade técnica-operacional da Contratada para atender ao objeto do certame; os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes conforme pode ser constatado nos serviços descritos neste Termo, bem como atendem ao disposto no item 9.6.1.2 do Acórdão TCU 2.088/2004 – Plenário. É de vital importância no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade eficiência e resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa (Parecer do STJ Recurso Especial nº 144.750 – São Paulo 1997/0058245-0, DJ 185 de 25/09/2000, Seção 1, p. 68). A Administração Pública tem o dever de exigir, para a execução de serviços, que os concorrentes ofereçam garantias de executar a contento, sendo lícito exigir provas da capacidade técnica (Parecer do TJDF. ROMS nº 3432/DF. DJ 9 ago. 1994. Seção 3. P. 9097);

21.4.2.11 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.4.2.12 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

21.4.2.13 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

21.4.2.14 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.4.2.15 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

21.4.2.16 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.4.2.17 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1 O preço global anual da contratação está estimado em R\$ 9.183.539,89 (nove milhões, cento e oitenta e três mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos) dividido em:

22.1.1 Serviços de Mão de Obra - R\$ 6.873.026,76 (seis milhões, oitocentos e setenta e três mil vinte e seis reais e setenta e seis centavos);

22.1.2 Serviços Eventuais Sob Demanda - R\$ 481.111,87 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e onze reais e oitenta e sete centavos);

22.1.3 EPI, Equipamentos e Ferramentas Sob Demanda - R\$ 99.536,96 (noventa e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos);

22.1.4 Material Sob Demanda - R\$ 1.729.864,29 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos);

22.2 O preço total foi estimado conforme pesquisas critérios constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços (2684303).

22.3 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração/Presidência da República (S.A/PR), PAC código 1627.

24. VIGÊNCIA DE CONTRATO

24.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices:

Apêndice I - Mão de Obra - Resumo do valor mensal e anual dos serviços;
Apêndice II - Estimativa de custo de EPI, equipamentos e ferramentas;
Apêndice III - Estimativa de custo de materiais sob demanda;
Apêndice IV - Declaração de Visita técnica;
Apêndice V - Declaração de Dispensa de Vistoria;
Apêndice VI - Termo de Confidencialidade;
Apêndice VII - Memória de Cálculo - Encargos Complementares (2440234);
Apêndice VIII - Planilha de Custos e Formação de Preços (2684303);
Apêndice IX - Estudo Técnico Preliminar (2684390).

Brasília, 30 de junho de 2021.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
PRISCILLA DE CARVALHO ANTONELLO	CRISTIANO ELIAS CARDOSO
EDUARDO ANDRADE SILVA	MATEUS JUNIO ARAÚJO RODRIGUES

De Acordo, encaminhe-se à DIENP.

ANDERSON DIAS GODDARD
Coordenador-Geral de Engenharia

Aprovo o Termo de Referência.

MARCELO ESCHILETTI CALDAS RODRIGUES
Coordenador-Geral de Engenharia

APÊNDICE I
MÃO DE OBRA - RESUMO DO VALOR MENSAL E ANUAL DOS SERVIÇOS

CATEGORIA	CBO	Qtd. Empregados	Preço Mensal Estimado	Preço Anual Estimado
AJUDANTE	7170	36	R\$ 157.395,60	R\$ 1.888.747,20
MEIO-OFICIAL	7170	7	R\$ 31.508,82	R\$ 378.105,84
BOMBEIRO HIDRÁULICO	7241	6	R\$ 32.737,32	R\$ 392.847,84
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - DIURNO	7241	2	R\$ 10.242,26	R\$ 122.907,12
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - NOTURNO	7241	2	R\$ 11.209,60	R\$ 134.515,20
CHAVEIRO	5231-15	1	R\$ 4.528,17	R\$ 54.338,04
LUSTRADOR	7751-15	2	R\$ 10.260,66	R\$ 123.127,92
MARCENEIRO	7711-05	10	R\$ 53.810,70	R\$ 645.728,40
CARPINTEIRO	7155	2	R\$ 10.260,66	R\$ 123.127,92
PEDREIRO	7152	9	R\$ 42.603,03	R\$ 511.236,36
PINTOR	7166	10	R\$ 58.172,30	R\$ 698.067,60
SERRALHEIRO	7244-40	8	R\$ 41.042,64	R\$ 492.511,68
RESTAURADOR DE MOBILIÁRIO	2624	2	R\$ 10.260,66	R\$ 123.127,92
TAPECEIRO	7652	2	R\$ 10.260,66	R\$ 123.127,92
VIDRACEIRO	7163	1	R\$ 4.723,34	R\$ 56.680,08
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	3121	2	R\$ 13.457,98	R\$ 161.495,76
SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO	7102	5	R\$ 33.070,35	R\$ 396.844,20
ENGENHEIRO CIVIL	2142	2	R\$ 37.207,48	R\$ 446.489,76

APÊNDICE II

ESTIMATIVA DE CUSTOS DE EPI, EQUIPAMENTOS EM GERAL E FERRAMENTAS - SOB DEMANDA

Custo por Categoria Profissional							
CATEGORIA PROFISSIONAL	Quant. (a)	Família	EPI/ Uniforme (b)	Ferramentas (c)	Total Un. (d)=(b)+(c)	Total Mensal (a) * (d)	Total Anual
AJUDANTE	36	kit EPI 7	R\$ 192,76	R\$ 71,29	R\$ 264,05	R\$ 9.505,80	R\$ 114.069,60
MEIO-OFICIAL	7	kit EPI 4	R\$ 179,44	R\$ 14,26	R\$ 193,70	R\$ 1.355,90	R\$ 16.270,80
BOMBEIRO HIDRÁULICO	6	kit EPI 2	R\$ 156,65	R\$ 45,78	R\$ 202,43	R\$ 1.214,58	R\$ 14.574,96
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - DIURNO	2	kit EPI 2	R\$ 156,65	R\$ 45,78	R\$ 202,43	R\$ 404,86	R\$ 4.858,32
BOMBEIRO HIDRÁULICO (12 X 36) - NOTURNO	2	kit EPI 2	R\$ 156,65	R\$ 45,78	R\$ 202,43	R\$ 404,86	R\$ 4.858,32
CHAVEIRO	1	kit EPI 3	R\$ 108,24	R\$ 1,45	R\$ 109,69	R\$ 109,69	R\$ 1.316,28
LUSTRADOR	2	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 536,74	R\$ 6.440,88
MARCENEIRO	10	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 2.683,70	R\$ 32.204,40
CARPINTEIRO	2	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 536,74	R\$ 6.440,88
PEDREIRO	9	kit EPI 5	R\$ 181,88	R\$ 94,89	R\$ 276,77	R\$ 2.490,93	R\$ 29.891,16
PINTOR	10	kit EPI 6	R\$ 275,92	R\$ 220,02	R\$ 495,94	R\$ 4.959,40	R\$ 59.512,80
SERRALHEIRO	8	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 2.146,96	R\$ 25.763,52
RESTAURADOR DE MOBILIÁRIO	2	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 536,74	R\$ 6.440,88
TAPECEIRO	2	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 536,74	R\$ 6.440,88
VIDRACEIRO	1	kit EPI 1	R\$ 203,86	R\$ 64,51	R\$ 268,37	R\$ 268,37	R\$ 3.220,44
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	2	kit EPI 3	R\$ 108,24	R\$ 1,45	R\$ 109,69	R\$ 219,38	R\$ 2.632,56
SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO	5	kit EPI 4	R\$ 179,44	R\$ 14,26	R\$ 193,70	R\$ 968,50	R\$ 11.622,00
ENGENHEIRO CIVIL	2	kit EPI 3	R\$ 108,24	R\$ 1,45	R\$ 109,69	R\$ 219,38	R\$ 2.632,56
TOTAL (o material descrito corresponde a 80% dos gastos anuais estimados)						R\$ 29.099,27	R\$ 349.191,24
CUSTO (SINAPI MÊS 10/2020) CORRESPONDENTE A 100% DO MATERIAL UTILIZADO						R\$ 36.374,09	R\$ 436.489,05
DIFERENÇA (RESERVA PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA)						R\$ 7.274,82	R\$ 87.297,81
EPI's, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS - SOB DEMANDA							
RESERVA PARA AQUISIÇÃO SOB DEMANDA						R\$ 7.274,82	R\$ 87.297,81
BDI 14,02%						R\$ 1.019,93	R\$ 12.239,15
EPI's, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS SOB DEMANDA - VALOR TOTAL ESTIMADO (RESERVA + BDI)						R\$ 8.294,75	R\$ 99.536,96

APÊNDICE III

ESTIMATIVA DE CUSTOS DE MATERIAIS - SOB DEMANDA

SINAPI	Descrição	Qtde/ ano	Unidade	Valor unitário*	Custo/mês	Custo anual
7356	TINTA ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	3636	lts	R\$ 20,56	R\$ 6.229,68	R\$ 74.756,16
11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO P/ VIDRO TEMPERADO 10MM	51	un.	R\$ 1.258,67	R\$ 5.349,35	R\$ 64.192,17
25007	TELHA ONDULADA EM ACO ZINCADO, ALTURA DE 17 MM, ESPESSURA DE 0,50 MM, LARGURA UTIL DE APROXIMADAMENTE 985 MM, SEM PINTURA	1891	m²	R\$ 32,75	R\$ 5.160,85	R\$ 61.930,25
37712	TELA ARAME GALVANIZADO REVESTIDO COM POLIMERO, MALHA HEXAGONAL DUPLA TORCAO, 8 X 10 CM (ZN/AL REVESTIDO COM POLIMERO), FIO *2,4*MM	900	m²	R\$ 61,49	R\$ 4.611,75	R\$ 55.341,00
38195	PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	793,59	m²	R\$ 54,84	R\$ 3.626,71	R\$ 43.520,48
12772	HIDROMETRO MULTIJATO, VAZAO MAXIMA DE 20,0 M3/H, DE 1 1/2"	57	un.	R\$ 737,50	R\$ 3.503,13	R\$ 42.037,50
39566	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, ACABAMENTO VINILICO LISO EM UMA DAS FACES, COR BRANCA, BORDA QUADRADA, E = 9,5 MM, 625 X 625 MM (L X C), PARA FORRO REMOVIVEL	642,63	m²	R\$ 58,06	R\$ 3.109,26	R\$ 37.311,10
25966	REDUTOR TIPO THINNER PARA ACABAMENTO	2183,2	lts	R\$ 15,13	R\$ 2.752,65	R\$ 33.031,82
34743	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 18 MM, DE *1,60 X 2,20* M	522,5	m²	R\$ 62,47	R\$ 2.720,05	R\$ 32.640,58
38877	MASSA PARA TEXTURA LISA DE BASE ACRILICA, USO INTERNO E EXTERNO	4875	kg	R\$ 6,33	R\$ 2.571,56	R\$ 30.858,75
3103	FECHADURA C/ CILINDRO LATAO CROMADO P/ PORTA VIDRO TP AROUCA 2171-L OU EQUIV	461	un.	R\$ 60,25	R\$ 2.314,60	R\$ 27.775,25
11186	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	77,44	m²	R\$ 305,77	R\$ 1.973,24	R\$ 23.678,83
135	ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE SEMIFLEXIVEL, BICOMPONENTE (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ACRILICA)	9.720,00	kg	R\$ 2,36	R\$ 1.911,60	R\$ 22.939,20
11136	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 15 MM, DE *1,60 X 2,20* M	445,28	m²	R\$ 49,08	R\$ 1.821,20	R\$ 21.854,34
38190	DUCHA METALICA DE PAREDE, ARTICULAVEL, COM DESVIADOR E DUCHA MANUAL	51,00	un.	R\$ 397,35	R\$ 1.688,74	R\$ 20.264,85
4998	PORTA DE MADEIRA-DE-LEI TIPO MEXICANA SEM EMENDA (ANGELIM OU EQUIVALENTE REGIONAL), E = *3,5* CM	51,08	m²	R\$ 375,85	R\$ 1.599,71	R\$ 19.196,54
43143	SELANTE ACRILICO PARA TRATAMENTO / ACABAMENTO SUPERFICIAL DE CONCRETO ESTAMPADO, APARENTE, PEDRAS E OUTROS	941,00	lts	R\$ 19,77	R\$ 1.550,30	R\$ 18.603,57
7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	1.296,00	lts	R\$ 13,72	R\$ 1.481,76	R\$ 17.781,12
11844	PRANCHA DE MADEIRA APARELHADA *4 X 30* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	335,56	m	R\$ 50,82	R\$ 1.421,08	R\$ 17.052,93
10842	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO PRETO SAO GABRIEL/ TIJUCA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025	47,00	m²	R\$ 348,84	R\$ 1.366,29	R\$ 16.395,48

	CM2, E= *2* CM					
7304	TINTA EPOXI PREMIUM, BRANCA	255,60	lts	R\$ 61,79	R\$ 1.316,13	R\$ 15.793,52
3779	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! LONA PLASTICA, PRETA, LARGURA 8 M, E= 150 MICRA	2.067,00	m	R\$ 6,74	R\$ 1.160,97	R\$ 13.931,58
1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II- 32	31.000,0 0	kg	R\$ 0,41	R\$ 1.059,17	R\$ 12.710,00
37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	9.450,00	kg	R\$ 1,32	R\$ 1.039,50	R\$ 12.474,00
37525	TELA PLASTICA TECIDA LISTRADA BRANCA E LARANJA, TIPO GUARDA CORPO, EM POLIETILENO MONOFILADO, ROLO 1,20 X 50 M (L X C)	5.410,00	m	R\$ 2,28	R\$ 1.027,90	R\$ 12.334,80
41954	CABO DE ACO GALVANIZADO, DIAMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F	286,00	kg	R\$ 42,71	R\$ 1.017,92	R\$ 12.215,06
7292	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	460,80	lts	R\$ 26,02	R\$ 999,17	R\$ 11.990,02
11174	PRIMER UNIVERSAL, FUNDO ANTICORROSIVO TIPO ZARCAO	25,40	18 lts	R\$ 452,28	R\$ 957,33	R\$ 11.487,91
11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	23,03	m²	R\$ 483,01	R\$ 927,15	R\$ 11.125,80
10432	MICTORIO SIFONADO LOUCA BRANCA SEM COMPLEMENTOS	43,00	un.	R\$ 254,84	R\$ 913,18	R\$ 10.958,12
11769	MISTURADOR CROMADO DE MESA BICA BAIXA PARA LAVATORIO (REF 1875)	56,00	un.	R\$ 193,93	R\$ 905,01	R\$ 10.860,08
37412	BANCADA/BANCA/PIA DE ACO INOXIDAVEL (AISI 430) COM 1 CUBA CENTRAL, COM VALVULA, LISA (SEM ESCORREDOR), DE *0,55 X 1,20* M	65,00	un.	R\$ 159,52	R\$ 864,07	R\$ 10.368,80
7230	TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO 2 ABAS, DE 1,00 X 4,60 M (SEM AMIANTO)	50,00	un.	R\$ 200,25	R\$ 834,38	R\$ 10.012,50
11189	VIDRO LISO FUME E = 6MM - SEM COLOCACAO	45,76	m²	R\$ 213,33	R\$ 813,50	R\$ 9.761,98
38637	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 1.1/2 "	67,00	un.	R\$ 145,20	R\$ 810,70	R\$ 9.728,40
39829	RODAPE EM POLIESTIRENO, BRANCO, H = *5* CM, E = *1,5* CM	623,66	m	R\$ 15,02	R\$ 780,61	R\$ 9.367,33
21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	60,00	un.	R\$ 155,67	R\$ 778,35	R\$ 9.340,20
549	BARRA DE FERRO RETANGULAR, BARRA CHATA, 2" X 1/2" (L X E), 5,06 KG/M	330,00	m	R\$ 28,03	R\$ 770,83	R\$ 9.249,90
10555	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E = 35 MM, NUCLEO SARRAFEADO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	44,00	un.	R\$ 201,59	R\$ 739,16	R\$ 8.869,96
4818	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	40,00	m²	R\$ 213,50	R\$ 711,67	R\$ 8.540,00
4822	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MAIOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	36,00	m²	R\$ 207,71	R\$ 623,13	R\$ 7.477,56
588	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/4 ", E = 3/16 "	318,00	m	R\$ 23,18	R\$ 614,27	R\$ 7.371,24
11561	MOLA AEREA FECHA PORTA, PARA PORTAS COM LARGURA ATE 110 CM	52,00	un.	R\$ 134,30	R\$ 581,97	R\$ 6.983,60
10478	VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR,	234,00	lts	R\$ 29,13	R\$ 568,04	R\$ 6.816,42

	USO INTERNO E EXTERNO					
7156	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	338,10	m²	R\$ 20,09	R\$ 566,04	R\$ 6.792,43
10491	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	43,82	m²	R\$ 151,11	R\$ 551,84	R\$ 6.622,09
11149	PRIMER EPOXI	39,00	GL	R\$ 159,29	R\$ 517,69	R\$ 6.212,31
10507	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	44,36	m²	R\$ 139,14	R\$ 514,38	R\$ 6.172,60
34355	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	5.000,00	kg	R\$ 1,23	R\$ 512,50	R\$ 6.150,00
10629	DIVISORIA EM MARMORE, COM DUAS FACES POLIDAS, BRANCO COMUM, E = *3,0* CM	18,35	m²	R\$ 325,43	R\$ 497,75	R\$ 5.972,94
10506	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	55,19	m²	R\$ 107,18	R\$ 492,96	R\$ 5.915,50
10422	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, DE LOUCA BRANCA	19,00	un.	R\$ 298,89	R\$ 473,24	R\$ 5.678,91
37329	REJUNTE EPOXI BRANCO	147,00	kg	R\$ 38,10	R\$ 466,73	R\$ 5.600,70
11747	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 2 " (REF 1552-B)	31,00	un.	R\$ 176,26	R\$ 455,34	R\$ 5.464,06
11523	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! PUXADOR CONCHA DE EMBUTIR, EM LATAO CROMADO, PARA PORTA / JANELA DE CORRER, LISO, SEM FURO PARA CHAVE, COM FUROS PARA FIXAR PARAFUSOS, *30 X 90* MM (LARGURA X ALTURA)	421,00	un.	R\$ 12,22	R\$ 428,72	R\$ 5.144,62
367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	48,00	m³	R\$ 106,15	R\$ 424,60	R\$ 5.095,20
11134	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 10 MM, DE *1,60 X 2,20* M	136,62	m²	R\$ 37,22	R\$ 423,75	R\$ 5.085,00
366	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	48,00	m³	R\$ 104,00	R\$ 416,00	R\$ 4.992,00
370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	48,00	m³	R\$ 98,75	R\$ 395,00	R\$ 4.740,00
11573	RODIZIO PARA TRILHO (TIPO NAPOLEAO), EM LATAO, COM ROLAMENTO EM ACO, 6 MM, PARA JANELA DE CORRER	782,00	un.	R\$ 5,91	R\$ 385,14	R\$ 4.621,62
39398	KIT DE ACESSORIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS	72	un.	R\$ 63,00	R\$ 378,00	R\$ 4.536,00
5318	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	377,5	lts	R\$ 11,26	R\$ 354,22	R\$ 4.250,65
1349	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20 X 1,10 M, E = 20 MM	42	un.	R\$ 98,74	R\$ 345,59	R\$ 4.147,08
510	ASFALTO MODIFICADO TIPO I - NBR 9910 (ASFALTO OXIDADO PARA IMPERMEABILIZACAO, COEFICIENTE DE PENETRACAO 25-40)	475	kg	R\$ 8,48	R\$ 335,67	R\$ 4.028,00
4396	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, *2,5 X 2,5* CM	36	m²	R\$ 109,90	R\$ 329,70	R\$ 3.956,40
7258	TIJOLO CERAMICO MACICO *5 X 10 X 20* CM	12000	un.	R\$ 0,32	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
142	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	147	310 ml	R\$ 24,70	R\$ 302,58	R\$ 3.630,90
10493	VIDRO LISO INCOLOR 5MM - SEM	28,16	m²	R\$ 124,44	R\$ 292,02	R\$ 3.504,23

	COLOCACAO					
10427	LAVATORIO/CUBA DE SOBREPOR RETANGULAR LOUCA BRANCA COM LADRAO *52 X 45* CM	17	un.	R\$ 205,11	R\$ 290,57	R\$ 3.486,87
11197	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! JANELA DE CORRER, ACO, COM BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, SEM DIVISAO, PINT ANTICORROSIVA, PINT ACABAMENTO, COM VIDRO, SEM BANDEIRA, 2 FLS, 120 X 150 CM (A X L)	4	un.	R\$ 868,99	R\$ 289,66	R\$ 3.475,96
10420	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL DE LOUCA BRANCA	31	un.	R\$ 112,10	R\$ 289,59	R\$ 3.475,10
20271	TANQUE LOUCA BRANCA COM COLUNA *30* L	7	un.	R\$ 489,45	R\$ 285,51	R\$ 3.426,15
9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	402	m	R\$ 8,44	R\$ 282,74	R\$ 3.392,88
10492	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	31,68	m²	R\$ 106,66	R\$ 281,58	R\$ 3.378,99
37398	REJUNTE EPOXI COR	64	kg	R\$ 48,76	R\$ 260,05	R\$ 3.120,64
4734	SEIXO ROLADO PARA APLICACAO EM CONCRETO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	37	m³	R\$ 83,61	R\$ 257,80	R\$ 3.093,57
38179	ROLDANA CONCOVA DUPLA, EM CHAPA DE ACO, ROLAMENTO INTERNO BLINDADO DE ACO REVESTIDO EM NYLON, PARA PORTA DE CORRER	118	un.	R\$ 25,91	R\$ 254,78	R\$ 3.057,38
36801	ACABAMENTO CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, 1/2 " OU 3/4 "	147	un.	R\$ 20,56	R\$ 251,86	R\$ 3.022,32
7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	111,6	lts	R\$ 26,80	R\$ 249,24	R\$ 2.990,88
183	BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *3 CM, L= *13 CM, *60 CM A 120* CM X *210 CM, EM CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ EUCALIPTO/ CURUPIXA/ PEROBA/ CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	17	JG	R\$ 173,50	R\$ 245,79	R\$ 2.949,50
38430	JOELHO DE TRANSICAO, CPVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 22 MM X 3/4", PARA AGUA QUENTE	215	un.	R\$ 13,67	R\$ 244,92	R\$ 2.939,05
7350	TINTA ACRILICA PARA CERAMICA	118,8	lts	R\$ 24,45	R\$ 242,06	R\$ 2.904,66
10932	TELA DE ARAME GALVANIZADA QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 4,19 MM (8 BWG), MALHA 5 X 5 CM, H = 2 M	48	m²	R\$ 60,04	R\$ 240,16	R\$ 2.881,92
39427	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	834	m	R\$ 3,30	R\$ 229,35	R\$ 2.752,20
7314	TINTA BORRACHA CLORADA, ACABAMENTO SEMIBRILHO, CORES VIVAS	36	lts	R\$ 75,65	R\$ 226,95	R\$ 2.723,40
11581	TRILHO EM ALUMINIO "U", COM ABAUADO PARA ROLDANA DE PORTA DE CORRER, *40 X 40* MM	116	m	R\$ 22,86	R\$ 220,98	R\$ 2.651,76
4056	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO!MASSA ACRILICA PARA PAREDES INTERIOR/EXTERIOR	87	GL	R\$ 29,20	R\$ 211,70	R\$ 2.540,40
10503	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 8 MM, SEM COLOCACAO	17,6955	m²	R\$ 133,85	R\$ 197,38	R\$ 2.368,54
4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	36	m³	R\$ 65,35	R\$ 196,05	R\$ 2.352,60
38022	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	69	un.	R\$ 32,53	R\$ 187,05	R\$ 2.244,57

39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	136	un.	R\$ 16,32	R\$ 184,96	R\$ 2.219,52
5320	REMOVEDOR DE TINTA OLEO/ESMALTE VERNIZ	72	lts	R\$ 30,27	R\$ 181,62	R\$ 2.179,44
11587	FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 10 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM (COM COLOCACAO / SEM ESTRUTURA METALICA)	53	m²	R\$ 40,20	R\$ 177,55	R\$ 2.130,60
10734	PEDRA GRANITICA, SERRADA, TIPO MIRACEMA, MADEIRA, PADUANA, RACHINHA, SANTA ISABEL OU OUTRAS SIMILARES, *11,5 X *23 CM, E= *1,0 A *2,0 CM	46	m²	R\$ 46,00	R\$ 176,33	R\$ 2.116,00
9889	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2 1/2"	20	un.	R\$ 102,90	R\$ 171,50	R\$ 2.058,00
4720	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	24	m³	R\$ 83,44	R\$ 166,88	R\$ 2.002,56
156	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO	50	kg	R\$ 38,17	R\$ 159,04	R\$ 1.908,50
195	BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *3* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *210* CM, EM CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ EUCALIPTO/ CURUPIXA/ PEROBA/ CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	13	JG	R\$ 140,94	R\$ 152,69	R\$ 1.832,22
36791	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA (REF 1195)	23	un.	R\$ 78,32	R\$ 150,11	R\$ 1.801,36
4800	PISO DE BORRACHA PASTILHADO EM PLACAS 50 X 50 CM, E = *3,5* MM, PARA COLA, PRETO	39	m²	R\$ 46,16	R\$ 150,02	R\$ 1.800,24
3589	TE 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	20	un.	R\$ 84,59	R\$ 140,98	R\$ 1.691,80
195	BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *3* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *210* CM, EM CEDRINHO/ ANGELIM COMERCIAL/ EUCALIPTO/ CURUPIXA/ PEROBA/ CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	12	JG	R\$ 140,94	R\$ 140,94	R\$ 1.691,28
1292	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	46	m²	R\$ 34,83	R\$ 133,52	R\$ 1.602,18
34746	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA NAVAL (COM COLA FENOLICA), E = 4 MM, DE *1,60 X 2,20* M	77	m²	R\$ 20,45	R\$ 131,22	R\$ 1.574,65
6186	RODAPE DE MADEIRA MACICA CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, *1,5 X 7 CM	151,1987 8	m	R\$ 10,12	R\$ 127,51	R\$ 1.530,13
1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	87	m²	R\$ 17,09	R\$ 123,90	R\$ 1.486,83
9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	420	m	R\$ 3,43	R\$ 120,05	R\$ 1.440,60
7110	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 2", AGUA FRIA PREDIAL	34	un.	R\$ 40,64	R\$ 115,15	R\$ 1.381,76
11703	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA	54	un.	R\$ 24,51	R\$ 110,30	R\$ 1.323,54
6157	VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 "	32	un.	R\$ 39,45	R\$ 105,20	R\$ 1.262,40
38021	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	68	un.	R\$ 18,35	R\$ 103,98	R\$ 1.247,80
39323	MANTA GEOTEXTIL TECIDO DE LAMINETES DE POLIPROPILENO, RESISTENCIA A TRACAO = *25* KN/M	71	m²	R\$ 17,29	R\$ 102,30	R\$ 1.227,59

39413	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	57,6	m²	R\$ 21,24	R\$ 101,95	R\$ 1.223,42
34667	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 1 FACE, E = 6 MM, DE *2,75 X 1,85* M	63	m²	R\$ 19,19	R\$ 100,75	R\$ 1.208,97
4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	41	kg	R\$ 28,48	R\$ 97,31	R\$ 1.167,68
9910	UNIAO PVC, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	20	un.	R\$ 58,29	R\$ 97,15	R\$ 1.165,80
34655	CANALETA ESTRUTURAL CERAMICA, 14 X 19 X 39 CM, 6,0 MPA (NBR 15270)	450	un.	R\$ 2,52	R\$ 94,50	R\$ 1.134,00
10490	VIDRO LISO INCOLOR 2 A 3 MM - SEM COLOCACAO	14,08	m²	R\$ 80,00	R\$ 93,87	R\$ 1.126,40
33	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	190,08	kg	R\$ 5,80	R\$ 91,87	R\$ 1.102,46
3453	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 2 1/2"	15	un.	R\$ 72,31	R\$ 90,39	R\$ 1.084,65
1342	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2,20 X 1,10 m, E = 14 MM	15	un.	R\$ 69,23	R\$ 86,54	R\$ 1.038,45
3315	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS	1600	kg	R\$ 0,61	R\$ 81,33	R\$ 976,00
10505	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	11,7453	m²	R\$ 82,10	R\$ 80,36	R\$ 964,29
38052	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	200	m	R\$ 4,77	R\$ 79,50	R\$ 954,00
3840	LUVA DE CORRER DEFOFO, PVC, JE, DN 100 MM	24	un.	R\$ 39,51	R\$ 79,02	R\$ 948,24
9887	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2"	15	un.	R\$ 62,19	R\$ 77,74	R\$ 932,85
39424	PERFIL CANTONEIRA L, LISA, EM ACO, 25 X 30 MM, E = 0,5 MM, PARA ESTRUTURA DRYWALL	471	m	R\$ 1,96	R\$ 76,93	R\$ 923,16
3825	LUVA DE CORRER, PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE AGUA (NBR 10351)	80	un.	R\$ 11,27	R\$ 75,13	R\$ 901,60
768	BUCHA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 1/2"	90	un.	R\$ 9,92	R\$ 74,40	R\$ 892,80
42407	TRELICA NERVURADA (ESPACADOR), ALTURA = 120,0 MM, DIAMETRO DOS BANZOS INFERIORES E SUPERIOR = 6,0 MM, DIAMETRO DA DIAGONAL = 4,2 MM	192	m	R\$ 4,58	R\$ 73,28	R\$ 879,36
20065	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	36	m	R\$ 24,38	R\$ 73,14	R\$ 877,68
36081	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	6	un.	R\$ 144,81	R\$ 72,41	R\$ 868,86
377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	33	un.	R\$ 25,30	R\$ 69,58	R\$ 834,90
11831	TORNEIRA PLASTICA PARA TANQUE 1/2 " OU 3/4 " COM BICO PARA MANGUEIRA	46	un.	R\$ 17,52	R\$ 67,16	R\$ 805,92
105	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL, LONGO, COM FLANGE LIVRE, 85 MM X 3", PARA CAIXA D' AGUA	4	un.	R\$ 194,35	R\$ 64,78	R\$ 777,40
38170	OLHO MAGICO / VISOR PARA PORTA DE *25 A 46* MM DE ESPESSURA, ANGULO DE VISAO APROXIMADO DE 200 GRAUS, LATAO CROMADO, COM FECHO JANELA	70	un.	R\$ 10,58	R\$ 61,72	R\$ 740,60
3280	CAIXA GORDURA DUPLA, CONCRETO	4	un.	R\$ 176,97	R\$ 58,99	R\$ 707,88

	PRE MOLDADO, CIRCULAR, COM TAMPA, D = 60* CM					
9897	UNIAO PVC, SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	30	un.	R\$ 23,16	R\$ 57,90	R\$ 694,80
11753	REGISTRO PRESSAO BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1400)	30	un.	R\$ 23,05	R\$ 57,63	R\$ 691,50
11462	GONZO DE SOBREPOR, EM LATAO / ZAMAC, PARA JANELA PIVOTANTE - INCLUI PARAFUSOS	50	par	R\$ 13,32	R\$ 55,50	R\$ 666,00
11772	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA COZINHA BICA MOVEL COM AREJADOR 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167)	7	un.	R\$ 91,80	R\$ 53,55	R\$ 642,60
9890	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 3"	4	un.	R\$ 159,42	R\$ 53,14	R\$ 637,68
3447	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	20	un.	R\$ 31,86	R\$ 53,10	R\$ 637,20
9884	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1 1/2"	15	un.	R\$ 42,29	R\$ 52,86	R\$ 634,35
6017	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	10	un.	R\$ 61,82	R\$ 51,52	R\$ 618,20
6188	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! TABUA DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 30 CM (1 X 12 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	24,27	m²	R\$ 24,46	R\$ 49,47	R\$ 593,64
11456	FECHO / TRINCO / FERROLHO FIO REDONDO, DE SOBREPOR, 12", EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO	52	un.	R\$ 11,34	R\$ 49,14	R\$ 589,68
154	TINTA / REVESTIMENTO A BASE DE RESINA EPOXI COM ALCATRAO, BICOMPONENTE	11	lts	R\$ 52,21	R\$ 47,86	R\$ 574,31
1958	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	60	un.	R\$ 9,32	R\$ 46,60	R\$ 559,20
38591	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 34 CM, FBK 4,5 MPA (NBR 6136)	250	un.	R\$ 2,23	R\$ 46,46	R\$ 557,50
1202	CAP PVC, ROSCAVEL, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	176	un.	R\$ 3,02	R\$ 44,29	R\$ 531,52
130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	180	kg	R\$ 2,93	R\$ 43,95	R\$ 527,40
11773	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA BICA MOVEL COM AREJADOR 1/2 " OU 3/4 " (REF 1168)	6	un.	R\$ 87,64	R\$ 43,82	R\$ 525,84
3847	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	25	un.	R\$ 20,83	R\$ 43,40	R\$ 520,75
3586	TE 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	30	un.	R\$ 17,31	R\$ 43,28	R\$ 519,30
3833	LUVA DE CORRER PVC, JE, DN 100 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	40	un.	R\$ 12,39	R\$ 41,30	R\$ 495,60
3873	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDABEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	63	un.	R\$ 7,67	R\$ 40,27	R\$ 483,21
1743	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA 3 1/2 ", DE *46 X 30 X 12* CM	4	un.	R\$ 118,41	R\$ 39,47	R\$ 473,64
11749	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 3/4 " (REF 1552-B)	10	un.	R\$ 47,14	R\$ 39,28	R\$ 471,40
11696	LAVATORIO/CUBA DE SOBREPOR OVAL PEQUENA LOUCA BRANCA SEM LADRAO *31 X 44*	4	un.	R\$ 114,39	R\$ 38,13	R\$ 457,56
12657	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	3	un.	R\$ 149,62	R\$ 37,41	R\$ 448,86

36360	JOELHO PPR, 90 GRAUS, SOLDAVEL, DN 25 MM, PARA AGUA QUENTE PREDIAL	200	un.	R\$ 2,23	R\$ 37,17	R\$ 446,00
42528	MANTA ALUMINIZADA NAS DUAS FACES, PARA SUBCOBERTURA, E = *2* MM	76	m²	R\$ 5,83	R\$ 36,92	R\$ 443,08
5080	PUXADOR CENTRAL, TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM ROSETAS, COMPRIMENTO *100* MM, PARA PORTA / JANELA EM MADEIRA OU METALICA - INCLUI PARAFUSOS	42	un.	R\$ 10,45	R\$ 36,58	R\$ 438,90
3446	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	20	un.	R\$ 21,91	R\$ 36,52	R\$ 438,20
11748	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1/2 " (REF 1552-B)	10	un.	R\$ 40,84	R\$ 34,03	R\$ 408,40
4047	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! MASSA CORRIDA PVA PARA PAREDES INTERNAS	28	GL	R\$ 14,58	R\$ 34,02	R\$ 408,24
3870	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 3/4"	80	un.	R\$ 5,07	R\$ 33,80	R\$ 405,60
3848	LUVA DE CORRER, PVC, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	60	un.	R\$ 6,69	R\$ 33,45	R\$ 401,40
34546	MASSA PARA TEXTURA RUSTICA DE BASE ACRILICA, COR BRANCA, USO INTERNO E EXTERNO	62	kg	R\$ 6,38	R\$ 32,96	R\$ 395,56
34357	REJUNTE COLORIDO, CIMENTICIO	140	kg	R\$ 2,73	R\$ 31,85	R\$ 382,20
39422	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	75	m	R\$ 5,09	R\$ 31,81	R\$ 381,75
11964	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	200	un.	R\$ 1,87	R\$ 31,17	R\$ 374,00
3871	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	20	un.	R\$ 18,43	R\$ 30,72	R\$ 368,60
3866	LUVA PVC SOLDAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	10	un.	R\$ 35,82	R\$ 29,85	R\$ 358,20
39419	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	74	m	R\$ 4,48	R\$ 27,63	R\$ 331,52
3874	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 1/2"	80	un.	R\$ 4,08	R\$ 27,20	R\$ 326,40
4213	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 2", AGUA FRIA PREDIAL	32	un.	R\$ 9,79	R\$ 26,11	R\$ 313,28
37964	JOELHO CPVC, SOLDAVEL, 45 GRAUS, 22 MM, PARA AGUA QUENTE	67	un.	R\$ 4,41	R\$ 24,62	R\$ 295,47
5091	CARRANCA PARA JANELA VENEZIANA DE ABRIR, EM LATAO CROMADO, SIMPLES, PARA APARAFUSAR NA PAREDE	20	un.	R\$ 14,50	R\$ 24,17	R\$ 290,00
20147	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	59	un.	R\$ 4,59	R\$ 22,57	R\$ 270,81
39418	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 48 X 3000 MM (L X C)	73	m	R\$ 3,68	R\$ 22,39	R\$ 268,64
38431	JOELHO DE TRANSICAO, CPVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 22 MM X 1/2", PARA AGUA QUENTE	25	un.	R\$ 10,70	R\$ 22,29	R\$ 267,50
132	ADITIVO PLASTIFICANTE RETARDADOR DE PEGA E REDUTOR DE AGUA PARA CONCRETO, LIQUIDO E ISENTOS DE CLORETOS	50	lts	R\$ 5,29	R\$ 22,04	R\$ 264,50
3585	TE 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	20	un.	R\$ 13,21	R\$ 22,02	R\$ 264,20

32	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	44,1	kg	R\$ 5,77	R\$ 21,20	R\$ 254,46
11731	GRELHA PVC BRANCA QUADRADA, 150 X 150 MM	55	un.	R\$ 4,49	R\$ 20,58	R\$ 246,95
3835	LUVA DE CORRER PVC, JE, DN 150 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	6	un.	R\$ 40,34	R\$ 20,17	R\$ 242,04
832	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 32 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	130	un.	R\$ 1,83	R\$ 19,83	R\$ 237,90
38023	LUVA DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 50 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	65	un.	R\$ 3,65	R\$ 19,77	R\$ 237,25
626	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	16	kg	R\$ 14,82	R\$ 19,76	R\$ 237,12
3862	LUVA PVC SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	80	un.	R\$ 2,94	R\$ 19,60	R\$ 235,20
20007	GUARNICAO/ ALIZAR/ VISTA MACICA, E= *1* CM, L= *4,5* CM, EM PINUS/ TAUARI/ VIOLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	58	m	R\$ 4,03	R\$ 19,48	R\$ 233,74
1956	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	100	un.	R\$ 2,31	R\$ 19,25	R\$ 231,00
11751	VALVULA DE ESFERA BRUTA EM BRONZE, BITOLA 1 1/2 " (REF 1552-B)	2	un.	R\$ 114,30	R\$ 19,05	R\$ 228,60
4214	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	33	un.	R\$ 6,89	R\$ 18,95	R\$ 227,37
37399	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO SIMPLES EM METAL CROMADO	14	un.	R\$ 16,23	R\$ 18,94	R\$ 227,22
11461	FERROLHO / FECHO CHATO, DE SOBREPOR, EM FERRO ZINCADO, REFORCADO, 5", COM PORTA CADEADO, PARA PORTAO, PORTA E JANELA - INCLUI PARAFUSOS	49	un.	R\$ 4,61	R\$ 18,82	R\$ 225,89
3864	LUVA PVC SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	25	un.	R\$ 9,00	R\$ 18,75	R\$ 225,00
831	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 110 X 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	4	un.	R\$ 56,06	R\$ 18,69	R\$ 224,24
7145	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	3	un.	R\$ 74,21	R\$ 18,55	R\$ 222,63
3444	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	20	un.	R\$ 11,01	R\$ 18,35	R\$ 220,20
792	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL, 1" X 3/4"	80	un.	R\$ 2,68	R\$ 17,87	R\$ 214,40
9894	UNIAO PVC, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	10	un.	R\$ 21,39	R\$ 17,83	R\$ 213,90
3451	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4"	30	un.	R\$ 7,08	R\$ 17,70	R\$ 212,40
1957	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	40	un.	R\$ 5,25	R\$ 17,50	R\$ 210,00
1929	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	44	un.	R\$ 4,77	R\$ 17,49	R\$ 209,88
37956	JOELHO CPVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 22 MM, PARA AGUA QUENTE	66	un.	R\$ 3,17	R\$ 17,44	R\$ 209,22
43055	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	44,1	kg	R\$ 4,74	R\$ 17,42	R\$ 209,03
151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR PARA TRATAMENTO DE FACHADAS E TELHAS, BASE SILICONE	10	lts	R\$ 19,98	R\$ 16,65	R\$ 199,80
13983	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA	4	un.	R\$ 46,76	R\$ 15,59	R\$ 187,04

	COZINHA COM AREJADOR, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1159)					
4777	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	38	kg	R\$ 4,69	R\$ 14,85	R\$ 178,22
1927	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	100	un.	R\$ 1,78	R\$ 14,83	R\$ 178,00
3450	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 1/2"	30	un.	R\$ 5,92	R\$ 14,80	R\$ 177,60
300	ANEL BORRACHA, DN 150 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	20	un.	R\$ 8,86	R\$ 14,77	R\$ 177,20
3854	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	30	un.	R\$ 5,79	R\$ 14,48	R\$ 173,70
5085	CADEADO SIMPLES, EM LATAO MACICO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE ACO TEMPERADO, CEMENTADO (NAO LONGA), INCLUI 2 CHAVES	10	un.	R\$ 16,55	R\$ 13,79	R\$ 165,50
3910	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	20	un.	R\$ 8,18	R\$ 13,63	R\$ 163,60
4888	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1/2"	65	un.	R\$ 2,51	R\$ 13,60	R\$ 163,15
3520	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	30	un.	R\$ 5,41	R\$ 13,53	R\$ 162,30
10617	TIJOLO CERAMICO REFRATARIO 6,3 X 11,4 X 22,9 CM	45	un.	R\$ 3,48	R\$ 13,05	R\$ 156,60
4215	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	34	un.	R\$ 4,53	R\$ 12,84	R\$ 154,02
3441	COTOVELO 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	30	un.	R\$ 5,05	R\$ 12,63	R\$ 151,50
37418	COLAR DE TOMADA EM POLIPROPILENO, PP, COM PARAFUSOS, PARA PEAD, 63 X 1/2" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	10	un.	R\$ 15,12	R\$ 12,60	R\$ 151,20
34356	REJUNTE BRANCO, CIMENTICIO	61	kg	R\$ 2,46	R\$ 12,51	R\$ 150,06
11963	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	20	un.	R\$ 7,43	R\$ 12,38	R\$ 148,60
3895	LUVA DE CORRER, PVC, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	20	un.	R\$ 7,28	R\$ 12,13	R\$ 145,60
11741	RALO SIFONADO PVC CILINDRICO, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	22	un.	R\$ 6,17	R\$ 11,31	R\$ 135,74
3872	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 40 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	40	un.	R\$ 3,36	R\$ 11,20	R\$ 134,40
7123	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	44	un.	R\$ 2,98	R\$ 10,93	R\$ 131,12
402	GANCHO OLHAL EM ACO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	14	un.	R\$ 9,04	R\$ 10,55	R\$ 126,56
36359	JOELHO PPR, 90 GRAUS, SOLDAVEL, DN 20 MM, PARA AGUA QUENTE PREDIAL	80	un.	R\$ 1,44	R\$ 9,60	R\$ 115,20
3526	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	70	un.	R\$ 1,64	R\$ 9,57	R\$ 114,80
3908	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	30	un.	R\$ 3,70	R\$ 9,25	R\$ 111,00
3869	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	40	un.	R\$ 2,76	R\$ 9,20	R\$ 110,40
3518	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	54	un.	R\$ 2,04	R\$ 9,18	R\$ 110,16
3524	JOELHO PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4",	19	un.	R\$ 5,44	R\$ 8,61	R\$ 103,36

	PARA AGUA FRIA PREDIAL					
5102	RALO SECO PVC QUADRADO, 100 X 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA BRANCA	12	un.	R\$ 8,48	R\$ 8,48	R\$ 101,76
3909	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	20	un.	R\$ 5,03	R\$ 8,38	R\$ 100,60
436	PARAFUSO FRANCES M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 150 MM, DIAMETRO = 16 MM, CABECA ABAULADA	15	un.	R\$ 6,24	R\$ 7,80	R\$ 93,60
7139	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	100	un.	R\$ 0,93	R\$ 7,75	R\$ 93,00
3540	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	22	un.	R\$ 4,21	R\$ 7,72	R\$ 92,62
11002	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	5	kg	R\$ 17,17	R\$ 7,15	R\$ 85,85
37949	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	70	un.	R\$ 1,22	R\$ 7,12	R\$ 85,40
3863	LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	24	un.	R\$ 3,45	R\$ 6,90	R\$ 82,80
3535	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	21	un.	R\$ 3,89	R\$ 6,81	R\$ 81,69
37419	COLAR DE TOMADA EM POLIPROPILENO, PP, COM PARAFUSOS, PARA PEAD, 63 X 3/4" - LIGACAO PREDIAL DE AGUA	5	un.	R\$ 15,53	R\$ 6,47	R\$ 77,65
7142	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	10	un.	R\$ 7,59	R\$ 6,33	R\$ 75,90
4889	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 3/4"	20	un.	R\$ 3,40	R\$ 5,67	R\$ 68,00
7141	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	10	un.	R\$ 6,79	R\$ 5,66	R\$ 67,90
4212	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	31	un.	R\$ 2,19	R\$ 5,66	R\$ 67,89
3893	LUVA DE CORRER, PVC, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	6	un.	R\$ 11,01	R\$ 5,51	R\$ 66,06
3904	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	100	un.	R\$ 0,59	R\$ 4,92	R\$ 59,00
1030	CAIXA DE DESCARGA DE PLASTICO EXTERNA, DE *9* L, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	2	un.	R\$ 28,91	R\$ 4,82	R\$ 57,82
9901	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	2	un.	R\$ 28,57	R\$ 4,76	R\$ 57,14
4315	GANCHO CHATO EM FERRO GALVANIZADO, L = 110 MM, RECOBRIMENTO = 100MM, SECAO 1/8 X 1/2" (3 MM X 12 MM), PARA FIXAR TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA	35	un.	R\$ 1,30	R\$ 3,79	R\$ 45,50
3531	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	25	un.	R\$ 1,68	R\$ 3,50	R\$ 42,00
37951	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	30	un.	R\$ 1,39	R\$ 3,48	R\$ 41,70
10856	SOLEIRA PRE-MOLDADA EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, L = *15 CM	0,6075	m	R\$ 67,91	R\$ 3,44	R\$ 41,26
3517	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	17	un.	R\$ 2,38	R\$ 3,37	R\$ 40,46
34649	CANALETA ESTRUTURAL CERAMICA, 14 X 19 X 29 CM, 6,0 MPA (NBR 15270)	20	un.	R\$ 1,91	R\$ 3,18	R\$ 38,20
7135	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	10	un.	R\$ 3,48	R\$ 2,90	R\$ 34,80
3856	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	26	un.	R\$ 1,29	R\$ 2,80	R\$ 33,54

3906	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	27	un.	R\$ 1,22	R\$ 2,75	R\$ 32,94
4211	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	30	un.	R\$ 1,09	R\$ 2,73	R\$ 32,70
43059	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	5,88	kg	R\$ 5,18	R\$ 2,54	R\$ 30,46
3521	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	18	un.	R\$ 1,49	R\$ 2,24	R\$ 26,82
3522	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	10	un.	R\$ 2,50	R\$ 2,08	R\$ 25,00
4210	NIPEL PVC, ROSCAVEL, 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	29	un.	R\$ 0,76	R\$ 1,84	R\$ 22,04
3861	LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	45	un.	R\$ 0,48	R\$ 1,80	R\$ 21,60
3777	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	23	m ²	R\$ 0,81	R\$ 1,55	R\$ 18,63
3529	JOELHO PVC, SOLDAVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	20	un.	R\$ 0,55	R\$ 0,92	R\$ 11,00
298	ANEL BORRACHA DN 75 MM, PARA TUBO SERIE REFORCADA ESGOTO PREDIAL	4	un.	R\$ 1,92	R\$ 0,64	R\$ 7,68
TOTAL (o material descrito corresponde a 80% dos gastos anuais)					R\$ 101.143,91	R\$ 1.213.726,92
CUSTO (SINAPI MÊS 10/2020) CORRESPONDENTE A 100% DO MATERIAL UTILIZADO					R\$ 126.429,89	R\$ 1.517.158,65
PREÇO (Custo + BDI)		14,02%			R\$ 144.155,36	R\$ 1.729.864,29

APÊNDICE IV - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº ____/____, que a Empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, compareceu perante o representante da Coordenação-Geral de Engenharia (COENGE), e visitou as dependências da Presidência da República descritas neste Termo de Referência, localizado em Brasília-DF, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas junto a COENGE sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

Coordenação-Geral de Engenharia

Declaro, junto ao Pregoeiro do MD, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto a COENGE, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome do Representante Legal da Empresa

Número da identidade do Representante Legal da Empresa

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

Assinatura e carimbo
(Empresa)

APÊNDICE V - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ _____,
por _____ intermédio _____ do _____ (a)
Senhor (a) _____, indicado
expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através
do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do
Pregão Eletrônico nº _____ da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que
me foi dado acesso às dependências do referido edifício, através de cláusula expressa no Edital e
anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as
informações prestadas no Termo de Referência e no Edital.

Brasília DF, ____ de ____ de 20 ____

Nome do declarante:

Cédula de identidade: _____

Assinatura e carimbo
(Empresa)

APÊNDICE VI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, reveladas à EMPRESA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a EMPRESA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A EMPRESA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A EMPRESA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;
6. A EMPRESA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;
7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da EMPRESA que terão acesso às informações da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA deverão ser imputáveis perante a lei;
8. A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;
9. A EMPRESA devolverá imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta,

inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;

- 10.A EMPRESA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;
- 11.Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a EMPRESA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para quaisquer divulgação futura; e
- 12.O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Por estar de acordo, a EMPRESA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

<REPRESENTANTE DA EMPRESA>

<Vínculo do representante com a EMPRESA>

RG:_____ CPF:_____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da EMPRESA)

Nome:

RG:_____ CPF:_____

APÊNDICES VII ao IX
DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 018/2021
PROCESSO Nº 00059.000335/2020-12

Arquivo do edital, em formato .pdf, disponível em:

www.comprasgovernamentais.gov.br

www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021

PROCESSO Nº 00059.000335/2020-12

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº 018/2021

Data de Abertura: ____ / ____ / 2021

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
1	Mão de obra de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção em mobiliários	01		(*)
2	Serviços Eventuais Sob Demanda		R\$ 40.092,66	R\$ 481.111,87 ⁽¹⁾
3	EPI, Equipamentos e Ferramentas - Sob Demanda		R\$ 8.294,75	R\$ 99.536,96 ⁽¹⁾
4	Materiais - Sob Demanda		R\$ 144.155,36	R\$ 1.729.864,29 ⁽¹⁾
PREÇO ANUAL GLOBAL (MÃO DE OBRA + SERVIÇOS EVENTUAIS + EPI/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS + MATERIAIS)				

(*) O PREÇO ANUAL DO ITEM, decorrente da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Apêndice I do Anexo II), é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

(1) Os itens 2, 3 e 4 do Grupo 1 referem-se, respectivamente, ao valor estimado para Serviços Eventuais Sob Demanda; EPI, Equipamentos e Ferramentas - Sob Demanda e Materiais - Sob Demanda. O licitante deverá registrar para o item 2 o valor fixo de R\$ 481.111,87 (quatrocentos e oitenta e um mil cento e onze reais e oitenta e sete centavos) para o período de 12 (doze) meses, para o item 3 o valor fixo de R\$ 99.536,96 (noventa e nove mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos) para o período de 12 (doze) meses e para o item 4 o valor fixo de R\$ 1.729.864,29 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) para o período de 12 (doze) meses, que irão compor o valor global do Grupo 1.

Os valores destes itens são FIXOS e NÃO SERÃO objeto de disputa, sendo que o registro de valor abaixo implicará na desclassificação da proposta.

ATENÇÃO: A Planilha de Composição de Preços constante do Apêndice I do Anexo II deverá ser preenchida e encaminhada após negociação, mediante convocação do pregoeiro.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) dias, a contar da data de sua apresentação. (No mínimo, 60 (sessenta) dias)

2 Declaração

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

2.2 Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

2.3 Declaro de que instalarei escritório em espaço fornecido pela Presidência da República, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

CPF:

RG:

_____, ____ de _____ de 2021.

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

APÊNDICE I
DO ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Arquivo do edital, em formato .xls, disponível em:

www.comprasgovernamentais.gov.br

www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 18/2021, declara, sob as penas da lei, que:

Conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2021.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS
COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR

Eu,, portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 4.3 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 18/2021, não há administrador ou sócio da empresa com poder de direção familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Declaro ainda que os sócios ou dirigentes desta empresa não mantêm vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2021.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

MODELO DE AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO
CONTRATO N.º XX/2021

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ (identificação do licitante),

(nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** a União, representada pela Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.411/0001-09, situado no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 201, em Brasília-DF, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 18/2021:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da *Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República*, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

4) que seja retida, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017 SEGES/MP.

..... de..... de 2021.

(assinatura do representante legal do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
PROCESSO N.º 00059.000335/2020-12

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS E MANUTENÇÃO CIVIL EM MOBILIÁRIOS, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E A EMPRESA

A União, por intermédio da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração, portador da matrícula funcional nº, de acordo com a competência prevista no, publicada no Diário Oficial da União de, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 00059.000335/2020-12, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 18/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção civil em mobiliários necessários às edificações da Presidência da República e suas unidades residenciais funcionais localizadas no Distrito Federal, com o fornecimento de mão de obra exclusiva, ferramentas, materiais, máquinas e equipamentos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o

disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o preço anual de R\$ (.....).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
1	Mão de obra de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva das instalações prediais e manutenção em mobiliários	01		
2	Serviços Eventuais Sob Demanda		R\$ 40.092,66	R\$ 481.111,87
3	EPI, Equipamentos e Ferramentas - Sob Demanda		R\$ 8.294,75	R\$ 99.536,96
4	Materiais - Sob Demanda		R\$ 144.155,36	R\$ 1.729.864,29
PREÇO GLOBAL (MÃO DE OBRA + SERVIÇOS EVENTUAIS + EPI/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS + MATERIAIS)				

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O preço acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, que deverá conter a discriminação dos serviços executados / materiais adquiridos, e será creditado em nome da Contratada por meio de ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no prazo até 30 (trinta) dias, contados do ateste do Gestor da execução dos serviços.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1 O prazo de validade;

5.4.2 A data da emissão;

5.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4 O período de prestação dos serviços;

5.4.5 O valor a pagar; e

5.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5 Para efeito de cada pagamento mensal, a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com as Notas Fiscais/Faturas:

5.5.1 Relação nominal dos profissionais alocados, com os comprovantes de pagamento salarial, relativo ao mês de referência do faturamento cobrado (cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço), devidamente recebidos pelos funcionários ou comprovantes de depósitos em suas contas correntes; bem como de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte e vale-alimentação) devidamente assinados pelos empregados;

5.5.2 Quadro demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;

5.5.3 Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na Nota Fiscal pela não ocupação do quantitativo de trabalhadores, em caso de faltas, férias e posto vago;

5.5.4 GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, por tomador de serviço;

5.5.5 Guia de recolhimento autenticado do INSS e do FGTS, relativas ao mês de referência do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados;

5.5.6 Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas pela Delegacia Regional do Trabalho;

5.5.7 Certidão Negativa de Débito – CND (Previdência Social);

5.5.8 Certificado de Regularidade do FGTS;

5.5.9 Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

5.5.10 Declaração de Optante do Simples (Declaração IN SRF nº 480/2004 – Anexo IV) – somente para as empresas optantes por este regime de tributação;

5.5.11 Planilha consolidada das peças fornecidas, mediante ressarcimento, acompanhada das autorizações de compra e respectivas cópias das Notas Fiscais das peças, devidamente autenticadas em cartório;

5.5.12 RAIS;

5.5.13 CAGED.

5.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7.1 Não produziu os resultados acordados;

5.7.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em

licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.14.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.16 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.17 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.17.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.17.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.17.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.18 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de

mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento _____ (indicar o índice a ser adotado), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o$$
, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.13.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19 A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a disciplina do recebimento do objeto pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio,

prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.4 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V – Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.5 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.6 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.7 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.8 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.9 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.11 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 8.8 acima deverão ser apresentados.

8.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.13 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

8.14 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.15 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.16 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.16.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.16.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

8.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.18 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.19 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.22 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.26 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.31 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório

e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.35 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.36 As disposições previstas no Termo de Referência e neste Contrato não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.37 A fiscalização de que trata o Termo de Referência e este Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.38 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria Especial de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 Obrigações da Contratante:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições no Termo de Referência e neste Contrato;

9.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.1.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.1.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.1.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.1.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.1.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.1.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.1.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e

saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.1.16 Fornecer crachá de identificação aos empregados da Contratada, de uso obrigatório, disponibilizados pela área de Segurança da Presidência da República, para acesso às dependências da Contratante, que deverão ser devolvidos à Coordenadoria Geral de Engenharia, que os encaminhará à área de Segurança, quando dos desligamentos dos empregados da Contratada.

9.1.17 Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada às instalações da Contratante, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.

9.1.18 Colocar à disposição dos empregados da Contratada local para guardar ferramentas/equipamentos e vestiário para banho, troca e guarda de uniformes.

9.1.19 Disponibilizar, caso necessário, espaço físico para a Contratada executar seu plano de logística, bem como disponibilizar linha telefônica restrita a chamadas internas.

9.1.20 Cobrar à Contratada, as faltas e/ou atrasos de seus empregados que não tenham sido substituídos, providenciando glosa na fatura mensal.

9.2 Obrigações da Contratada:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

9.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.2.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.2.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.2.9 Manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da Contratante, devidamente uniformizado (camisa, calça e sapato), identificado por crachá e providos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da Contratante.

9.2.10 Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a Contratante, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

9.2.11 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da Contratante.

9.2.12 Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da Contratante.

9.2.13 Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de insalubridade.

9.2.14 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.2.14.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.2.14.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

9.2.14.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

9.2.14.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

9.2.14.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.2.15 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.2.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.2.17 Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, após o início do expediente, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato ou ao gestor, caso não haja fiscal designado;

9.2.18 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.2.18.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.2.19 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.2.20 Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre o objeto do Termo de Referência.

9.2.21 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato não transfere a responsabilidade, por seu pagamento, à Contratante, nem poderá onerar o objeto do Termo de Referência, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

9.2.22 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.2.22.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.2.23 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos às instalações ou bens, de propriedade da Contratante, dos servidores ou de terceiros, causados por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e do Contrato que vier a ser assinado.

9.2.24 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal.

9.2.25 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.2.26 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, nos casos em

que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.2.27 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

9.2.28 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2.29 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.2.29.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.2.29.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.2.29.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.2.30 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

9.2.31 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.32 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

9.2.32.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.2.32.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.2.32.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

9.2.33 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.34 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.35 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.36 A Contratada deverá assinar o Termo de Confidencialidade, conforme consta do Apêndice VI do Termo de Referência;

9.2.37 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.2.38 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

9.2.38.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.2.39 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.40 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.41 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.2.42 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.43 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.2.44 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.45 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.46 Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da Contratante, bem como não desviar o efetivo contratado para atividades gerenciais e/ou administrativas.

9.2.47 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

d) treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

e) reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

9.2.48 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes do Termo de Referência.

9.2.49 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.50 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.51 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

9.2.52 Assessorar a Contratante na elaboração e desenvolvimento dos projetos que envolvam o objeto do Termo de Referência.

9.2.53 Assumir total responsabilidade técnica sobre os serviços do Termo de Referência mediante registro, no CREA, do respectivo Contrato.

9.2.54 Executar todo o suporte à logística necessária ao perfeito cumprimento das tarefas indiretas vinculadas ao atendimento do objeto.

9.2.55 Não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto Federal nº 7.203, de 04/06/2010.

9.2.56 Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.2.56.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.56.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.57 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

9.2.57.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

9.2.57.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

9.2.57.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

9.2.57.4 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

9.2.58 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.2.59 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

9.2.59.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá instalar escritório em espaço fornecido pela Presidência da República, de acordo com a declaração apresentada para fins de habilitação, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.5 cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Contrato.

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das

obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília, de de 2021.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA